

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Anaclara Volpi Antonini

**Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação
do patrimônio cultural no centro de São Paulo**

São Paulo
Novembro de 2012

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Anaclara Volpi Antonini

**Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação
do patrimônio cultural no centro de São Paulo**

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Scifoni

São Paulo
Novembro de 2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nesta arena de memória, que o sussurro não seja um grito parado no ar.

Oiram Antonini

Aos que ainda gritam...

AGRADECIMENTOS

“Não há sol a sós”

Arnaldo Antunes

A experiência na universidade não se restringe aos ambientes formais de estudo, como a sala de aula e a biblioteca, por exemplo, mas se realiza de maneira significativa também na ação entre as pessoas. Foram anos de vivências em sala de aula, na biblioteca, nos laboratórios, nos grupos de estudo, nos estágios, nos debates, nos foros políticos, no bandeirão, nas festas, nas viagens, nos encontros, na caminhada cotidiana. Difícil condensar seu significado em algumas poucas linhas. Esse caminho está muito longe de ser solitário e o trabalho que surge aqui reúne de alguma maneira um pouco de cada uma dessas experiências e pessoas tão especiais com quem convivi e convivo.

Em primeiro lugar, agradeço aos que antes mesmo que eu pensasse em estudar Geografia já cuidavam carinhosamente de minha formação. Meus pais, companheiros e amigos, Oiram e Edna, que sempre incentivaram e encorajaram meus sonhos. Ao meu eterno “irmãozinho”, Lelê e ao Tio Tavinho, o eterno “irmãozinho” da minha mãe. À Tia Beth, que me deu o primeiro livro e de uma maneira muito delicada me influencia sempre. À família Bala, à Volpi e à Antonini, em especial ao Ticão, professor, amante do conhecimento e de sua partilha, e que além de me ajudar nesta pesquisa, sempre me ensina muito.

Aos irmãos e irmãs adotados pelo meio do caminho. Minha querida Marília, que além de todas as aventuras nessa vida, me fez conhecer outra sensação, mais que especial, junto com o Gui: o Francisco. Meu sobrinho, já no dia de seu nascimento, me mostrou que a vida explode fantasticamente. Minhas queridas Pri e Fê, que compartilharam muito mais que uma graduação, estudos, festas ou cafés da manhã. Agora nos esperam novas e inesperadas experiências. Fê, com suas leituras cuidadosas e ousadas me ajudou sempre e nessa pesquisa ainda mais, foi um prazer imenso. Minha querida Glayce, sensível e lutadora. Minha querida Camila, que desastrada e intensa me surpreende a cada frase e me inspira com seus sonhos. Meu Ferdi querido, dos sons, dos bailes e das profundezas da alma. Minhas hermanitas Cris e Sole, uma cumplicidade que transcendeu fronteiras e que junto com a família que criamos em Córdoba, me mostraram que também se pode sentir em casa estando muito longe. Gracias también a Tef, Laurita, Vale, meu irmãozinho Renato, Marcel, Agus, Dieguito, Yuri,

Armando, Cristhian, Natalia e às cordobesas que tão rápido como chegaram, se foram, mas deixaram boas lembranças e projetos futuros, Paula e Luz. Aos meus companheiros da Geografia, dos Encontros, a turma de 2006, os de antes, os de depois e as festas da Lua Cheia, que reúnem todo mundo. Aos queridos amigos Tico, Marciano, Claudio, Lokinho, Gu, Marcela, Elisa, Ana Maria, Luni, Bonito, Guto, Catatau, Cubano, Chico, Lia, Gabi, Mari, Estela, Danilo, Fábio, Aloísio, Leinha, Renatinha, Juninho, Baldraia, Pedrinho, Daniel, Karen, Guará, Carol e Paulão. É impressionante pensar no quanto mudamos juntos nesses anos.

E especialmente ao meu companheiro Nano, que me fez descobrir uma intensidade com a vida que ultrapassa distâncias e tempos, o amor e o carinho das surpresas e alegrias cotidianas, os sonhos. Obrigada pelo apoio incondicional nesta pesquisa e na vida, por deixar esse caminho mais leve e pela paciência quase infinita comigo. Vamos encontrando pouco a pouco a nossa trajetória, algumas coisas não precisam de explicação.

Agradeço aos meus professores de toda a vida e aos que fazem disso também sua profissão e que me ajudaram a olhar o mundo de novas maneiras. À Simone Scifoni, que antes mesmo de se tornar minha orientadora já me mostrou que era possível e importante estudar a memória e o patrimônio cultural na Geografia. À Glória da Anunciação Alves, que me apoiou e incentivou na busca de pesquisar o centro de São Paulo durante a iniciação científica. Ao compromisso e os incômodos com o mundo despertados pelas discussões de José Sérgio da Fonseca, as perturbações e o desafio das aulas de Júlio Groppa Aquino e o olhar atento para a cidade de Ana Fani Alessandri Carlos.

Agradeço à equipe do Memorial da Resistência de São Paulo, aos que militam no Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, no Núcleo de Preservação da Memória Política e em outras organizações, que motivaram e contribuíram para esta pesquisa.

E por fim, agradeço à Comissão de Cooperação Internacional da USP, que tornou possível a realização do intercâmbio acadêmico na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, uma experiência transformadora em inúmeros sentidos. Desde as discussões das disciplinas, que me mostraram outras maneiras de encarar a Geografia, até a vida cotidiana nesta cidade e o encontro com formas interessantíssimas de pensar a memória. O contato com a experiência argentina na preservação e gestão dos espaços de memória e com a relação viva, crítica e radical que se tem com o passado violento da Ditadura Civil-Militar neste país me influenciou muito e me despertou para a necessidade de aprofundar esse debate aqui no Brasil.

RESUMO

ANTONINI, A. V. Marcas da memória: o DOPS nas políticas de preservação do patrimônio cultural no centro de São Paulo. 2012. 68f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Este trabalho busca uma reflexão crítica sobre as ações em andamento no centro de São Paulo com foco na região da Luz a partir da discussão sobre o planejamento urbano no centro histórico da cidade e o papel do patrimônio cultural. Em seguida, analisa a forma como a memória política, na figura do DOPS/ Memorial da Resistência de São Paulo, é introduzida nessas políticas públicas dentro do processo de revalorização da área central desta cidade.

Palavras-chave: políticas culturais, revalorização, centro, São Paulo, DOPS, Memorial da Resistência de São Paulo.

RESUMEN

ANTONINI, A. V. Marcas de la memoria: el DOPS en las políticas de preservación del patrimonio cultural en el centro de São Paulo. 2012. 68f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Este trabajo busca una reflexión crítica sobre las acciones en desarrollo en el centro de São Paulo. Se hizo foco particular en la región de Luz desde la discusión sobre el planeamiento urbano en el centro histórico de la ciudad y el rol del patrimonio cultural. A partir de este punto, se analiza la manera como la memoria política, en la figura del DOPS/ Memorial de la Resistencia de São Paulo, es introducida en estas políticas públicas dentro del proceso de revalorización del área central de esta ciudad.

Palabras-llave: políticas culturales, revalorización, centro, São Paulo, DOPS, Memorial de la Resistencia de São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A monumental Estação da Luz em 1905.	17
Figura 2: Segunda estação da Estrada de Ferro Sorocabana com Estação Júlio Prestes ao fundo.	18
Figura 3: Esquema da expansão das centralidades de São Paulo, produzido por Frúgoli Jr. (2000).	21
Figura 4: Pinacoteca do Estado de São Paulo.	32
Figura 5: Estação Júlio Prestes reformada e Sala São Paulo	32
Figura 6: Visão interna da Sala São Paulo.	33
Figura 7: Estação da Luz restaurada e entrada do Museu da Língua Portuguesa.	33
Figuras 8 e 9: Fachada frontal do Edifício Paula Souza, ex-Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e detalhe na restauração	36
Figuras 10 e 11: Chaminé e ruínas da Usina Elétrica da Luz	36
Figura 12: Área demolida entre as ruas Mauá e Gen. Couto de Magalhães	38
Figura 13: Mesma área transformada em estacionamento no ano seguinte.....	38
Figura 14: Antiga rodoviária de São Paulo durante seu período de funcionamento	45
Figura 15: Demolição da antiga rodoviária de São Paulo em setembro de 2010.....	45
Figura 16: Divulgação do projeto do futuro Complexo Cultural Luz	46
Figura 17: Detalhes do espaço carcerário após a reforma em 2002	51
Figuras 18 e 19: Reunião e inscrições para a reconstituição da cela 3, em janeiro de 2009 ..	53
Figura 20: Roda de conversa com ex-presos do dia 18.10.2012, com Alípio Freire	54
Figura 21: Croqui do espaço expositivo extraído do folder do Memorial	56
Figuras 22 e 23: Placa em homenagem a Carlos Marighella na Alameda Casa Branca	63
Figura 24: Intervenção na placa da Alameda Casa Branca.....	64
Figura 25: Placa na entrada do ex-Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio “La Perla”, em Córdoba, Argentina	64

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área do centro histórico expandido, estudada neste trabalho.....	16
Mapa 2: Perímetro do Programa Monumenta – Luz	35
Mapa 3: Memorial da Resistência no contexto dos bens culturais em destaque na região da Luz	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência, número de visitantes por período	57
---	----

LISTA DE SIGLAS

AVC – Associação Viva o Centro

CIE – Centro de Informações do Exército

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

DECON – Delegacia de Defesa do Consumidor

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DEPAD – Departamento de Polícia Administrativa

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operação de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPH – Departamento de Patrimônio Histórico

IPHAN – Instituto Nacional do Patrimônio Histórico

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SMC – Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo

SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 - Abandono do abandono: extrapolando o senso comum.....	16
1.1. Centro histórico de São Paulo e sua expansão	16
1.2. Desvalorização e crise da centralidade única	20
1.3. Revalorização	22
Capítulo 2 - O olhar de volta ao passado: Políticas públicas de preservação e recuperação do patrimônio cultural no bairro da Luz, centro de São Paulo	27
2.1. Atuação estatal: anos 70.....	27
2.2. Atuação estatal: pós anos 90	29
2.3. Os negócios da cultura.....	40
Capítulo 3 - A memória apagada? DOPS e Memorial da Resistência de São Paulo	42
3.1 Patrimônio cultural, entre o espetáculo e o obstáculo.....	44
3.2. Memória a ser apagada, a ser lembrada	48
3.3. Caminhos tortuosos até o Memorial da Resistência	50
3.4. O Memorial da Resistência de São Paulo	53
3.5. O Memorial da Resistência no contexto da justiça de transição no Brasil.....	59
Considerações Finais - Entre gritos e sussurros	65
Referências Bibliográficas	68

INTRODUÇÃO

O primeiro andar do edifício onde funcionou por mais de quarenta anos o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS¹, 1924-1983), órgão estadual responsável pelo controle e repressão dos movimentos políticos e sociais durante o Estado Novo e a Ditadura Militar brasileira, dá lugar atualmente ao Memorial da Resistência. É o único ex-centro de repressão do Brasil que está aberto à visitação e abriga um memorial, mas ele não se legitimou ainda como um marco no centro de São Paulo. Confinado no primeiro andar do prédio e cercado por museus de arte e cultura (um deles situado na mesma edificação, a Estação Pinacoteca), um jardim público e centros comerciais importantes, não é incomum ouvir a seguinte pergunta: “Mas onde é esse Memorial da Resistência?”. Respostas frequentes: “No prédio do DOPS, sabe?”, ou ainda “Lá perto da Sala São Paulo” e outras variações. A verdade é que poucos sabem que ali onde estavam as celas daquela assustadora delegacia do período da Ditadura Militar hoje funciona um memorial. Para que as pessoas se situem, é preciso agregar alguma outra referência, e é justamente o entorno monumental que entra em cena. Esse “desconhecimento” ainda frequente, apesar da visitação de 5 a 7 mil pessoas por mês², poderia indicar inicialmente a falta de informação sobre o Memorial. Esta pesquisa abordará outras possibilidades de entendimento desse fenômeno.

Pensar o uso do edifício do DOPS, hoje ocupado pelo Memorial da Resistência e pela Estação Pinacoteca, não é algo simples nem pode ser visto de maneira isolada. Tanto este imóvel como todas as outras construções e monumentos que passaram por intervenções maciças por parte do poder público nos últimos anos devem ser tratados como parte essencial do movimento de revalorização do centro de São Paulo, fruto do desdobramento das centralidades desta metrópole.

Este trabalho busca uma reflexão crítica sobre as ações em andamento no centro de São Paulo com foco na região da Luz a partir da discussão sobre o planejamento urbano no

¹ Escolheu-se adotar a sigla “DOPS”, que é a mais famosa deste departamento, mas é importante destacar que foram utilizadas diferentes denominações ao longo do seu funcionamento. Nos últimos anos, sua designação era Departamento Estadual de Ordem Política e Social, constando como DEOPS nos arquivos do período final da Ditadura Militar. Esta última sigla é usada nas exposições e materiais do Memorial da Resistência.

² Na verdade, trata-se de um número alto de visitantes que decorre da forte ação educativa promovida pelo Memorial. A contradição entre sua visitação e o que caracterizamos como “desconhecimento” será abordada no Capítulo 3 deste trabalho.

centro histórico da cidade e o papel do patrimônio cultural³. Em seguida, analisa a forma como a memória política, na figura do DOPS/ Memorial da Resistência, é introduzida nessas políticas públicas dentro do processo de revalorização da área central desta cidade.

O objetivo principal é avaliar o tratamento da memória da repressão da Ditadura Militar no contexto das políticas de preservação e recuperação do patrimônio cultural na região da Luz, área central de São Paulo. Esse tipo de memória suscita rupturas com o contexto monumental e “glorioso” destacado no bairro ou com o modelo de espetacularização da cultura que vem sendo afirmado nas referidas políticas? Quais são os prédios restaurados? Por quê? Que equipamentos culturais são criados? Que tipo de cultura é ressaltado? Quais memórias são escolhidas para serem lembradas? Busco, então, refletir sobre os efeitos gerais dessas políticas e o que eles podem revelar em termos de seletividade das mesmas.

A compreensão do tema é feita especialmente sob a ótica da Geografia Urbana já que se desenvolve a partir do estudo da reprodução do espaço urbano, e de como esta se realiza no centro da cidade de São Paulo, pensando a apropriação dos patrimônios culturais atualmente. Tendo em vista que essa questão pode ser estudada segundo outras perspectivas, como a da História, da Arquitetura e mesmo de uma abordagem da Geografia Cultural, pretendemos realizar uma análise a partir da Geografia Urbana, discutindo como esse processo se realiza na cidade e coloca o espaço como condição, meio e produto da reprodução social, de acordo com o pensamento da geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2005). Além disso, o tema é tratado como constituinte de um contexto específico de relações desenvolvidas no modo de produção capitalista, que acaba por ser fundamental no enredamento das relações sócio-espaciais. Sendo assim, a articulação entre a produção do espaço e a lógica de valorização da cidade é de grande relevância para pensar como se dá tal apropriação e suas contradições dentro da dinâmica de valorização/ desvalorização/ revalorização da área central de São Paulo, vinculada à lógica da reprodução capitalista e não independente dela. Trata-se, então, de abordar as políticas de preservação no centro como frutos de determinações que superam o âmbito estritamente cultural já que fazem parte do movimento de reprodução do espaço urbano.

A partir de bibliografia sobre o centro histórico e o bairro da Luz, sobre o movimento de revalorização da região central e sobre as políticas públicas de preservação e recuperação do patrimônio histórico, além do levantamento de documentação sobre as intervenções

³ É preciso destacar que não existe uma delimitação oficial do bairro da Luz. A maior parte das fontes tende a identificá-lo como a área que abrange o entorno da estação ferroviária da Luz e parte do distrito do Bom Retiro.

ocorridas e em projeto, são discutidas as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural na região da Luz desde a década de 70 até os dias atuais.

A memória política, a partir do estudo do DOPS/ Memorial da Resistência, é tratada como parte do processo mais amplo de preservação e recuperação do centro de São Paulo, que, por sua vez, deve ser pensado dentro do movimento de revalorização da região. Inicialmente, pesquisamos as políticas destinadas à preservação do patrimônio cultural e à recuperação da região, seus efeitos e o processo do qual fazem parte. Por isso, no primeiro capítulo estuda-se a crise da centralidade de São Paulo que acarretou a desvalorização do centro histórico e que impulsiona atualmente o seu processo de “reconquista” e revalorização. Em seguida, o Capítulo 2 analisa as políticas públicas que foram adotadas e suas implicações considerando quais memórias são escolhidas e retomadas para subsidiar tal revalorização. É apontado, também, o caráter seletivo dessas políticas de preservação e de memória visto que algumas formas são encaradas como potencial para a revalorização e outras devem dar lugar ao novo ou devem ser caladas.

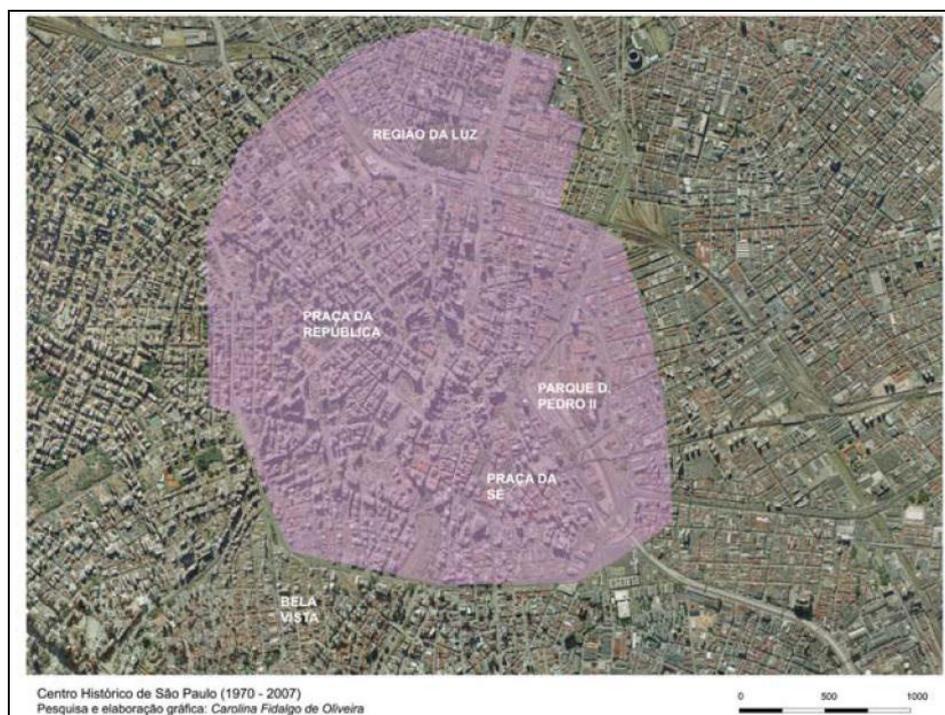
No último capítulo, tomam lugar as reflexões sobre a maneira como o DOPS e o Memorial da Resistência se inserem neste processo, considerando o movimento de implantação deste memorial, seu potencial e seus limites enquanto lugar de memória.

CAPÍTULO 1 - ABANDONO DO ABANDONO: EXTRAPOLANDO O SENSO COMUM

As mudanças do centro de São Paulo implementadas pelo poder público, atualmente aliado a capitais privados nacionais e internacionais, sinalizam um processo que extrapola essa área exclusivamente. Tais transformações são analisadas como fruto de uma longa história de desdobramento da centralidade desta metrópole e de desvalorização do espaço urbano na área central desde a década de 1930 que, por sua vez, impulsionaram os recentes movimentos de revalorização do papel central da região.

1.1. Centro histórico de São Paulo e sua expansão

O chamado centro de São Paulo foi adquirindo distintas configurações ao longo de sua evolução. Este trabalho se concentrou na avaliação das políticas públicas no centro histórico expandido, que corresponde aos distritos Sé, República e Bom Retiro (região da Luz), enfocando com detalhe esta última.



Fonte: OLIVEIRA, 2009.

Mapa 1: Área do centro histórico expandido, estudada neste trabalho.

Originalmente identificado como o Triângulo Histórico delimitado pelas ruas Direita, XV de Novembro e São Bento, o centro e a própria cidade passam por significativas transformações no final do século XIX e início do século XX.

Ao analisar a evolução urbana desta cidade, o arquiteto Benedito Lima de Toledo afirma que a história de metamorfoses começa “com um silvo de trem” (1983, p. 67). Até o advento da ferrovia, Toledo classifica São Paulo como uma “cidade de taipa” ou “de barro”. Sem calçamentos e com construções feitas em taipa, a fisionomia desta cidade muda com o estabelecimento das estradas de ferro, primeiro com o terminal da Estação da Luz e depois com o da Estrada de Ferro Sorocabana (atualmente denominada Júlio Prestes), que escoavam a produção cafeeira do interior paulista até o porto de Santos.

O enriquecimento e o crescimento rápido da cidade tiveram na ferrovia um impulso transformador, pois São Paulo se tornou o ponto principal de articulação da malha de trilhos que se esparramou pelo interior do estado, característica que também é destacada por Eurípedes Simões de Paula como a “segunda fundação da cidade” (PAULA apud TOLEDO, 1983, p. 68). A cidade de taipa se transforma significativamente e começa a ganhar características de uma cidade moderna e de grande porte, que recebia dezenas de milhares de imigrantes todos os anos.

A Estação da Luz, inaugurada pela companhia inglesa The São Paulo Railway no ano de 1867, tornou-se imediatamente um ponto central, articulado a toda a cidade por uma rede de transportes urbanos formada por carroças, bondes puxados a burro e outros. Por seu movimento crescente, o terminal foi reconstruído e ampliado em 1901 com materiais e estrutura totalmente importados da Inglaterra, até parafusos. Essa pujança e sofisticação simbolizavam toda a riqueza gerada pela economia exportadora do café e sua estreita vinculação ao capital inglês, que controlava os meios de transporte e comercialização.



Fonte: BRUNO, 1984, p. 1057.

Figura 1: A monumental Estação da Luz em 1905.

A Estrada de Ferro Sorocabana também estabeleceu seu terminal de passageiros nas proximidades da Estação da Luz em 1895. A primeira estação, de pequenas proporções, deixa de ser usada e o prédio que havia sido projetado em 1914 por Ramos de Azevedo para os armazéns e escritórios da Sorocabana (que sediou a partir da década de 40 o DOPS) funciona provisoriamente como estação até o término da construção da nova estação Júlio Prestes em 1938, grandiosa e em estilo francês.



Foto: Nano Aliaga (Maio/2012).

Figura 2: Segunda estação da Estrada de Ferro Sorocabana com Estação Júlio Prestes ao fundo.

É importante ressaltar que desde o fim do século XIX, a região da Luz já se destacava como uma porção importante na dinâmica de São Paulo. Como porta de entrada da cidade, e ponto vital das comunicações para a capital paulista, as estações ferroviárias situadas na borda do centro histórico implicaram também a incorporação da região da Luz à área central em expansão. Os arredores das estações ferroviárias passam a concentrar escritórios de negócios, hotéis, restaurantes e bares. No início da República são erguidos diversos edifícios para abrigar escolas e faculdades, como as de Farmácia e Odontologia, a Escola Politécnica, o Liceu de Artes e Ofícios, a Escola Estadual Prudente de Moraes, a maioria deles projetados pelo escritório de Ramos de Azevedo, que começa a substituir a taipa pelo tijolo de barro, acelerando a moderna construção⁴. Além disso, a região já era marcada pelo aparato policial-militar ali instalado, constituído pelo Batalhão da Cavalaria, o Hospital Militar, o Quartel-

⁴ A importância de Ramos de Azevedo deve ser assinalada já que ele foi responsável pelos projetos de muitos dos edifícios públicos monumentais do centro de São Paulo, como o Teatro Municipal, o Mercado Municipal, a Escola Normal de São Paulo (Instituto Caetano de Campos), a segunda estação da E. F. Sorocabana, além dos já citados, entre outros. Segundo Haskel & Gama, “seus empreendimentos e projetos arquitetônicos permitem a visualização da mentalidade formadora da burguesia local e o intuito civilizador que estava por trás da grandiosidade de suas obras” (HASKEL & GAMA apud FRUGOLI JR., 2000, p. 53).

General, a Escola Preparatória de Oficiais e a Casa de Correção (conhecida depois como Presídio Tiradentes).

A centralidade propiciada pela estação também atraiu outras iniciativas públicas que contribuíram para a conformação da imagem de modernidade para São Paulo, como as remodelações no Jardim da Luz, que incorporava os modernos conceitos de jardim vindos da Europa. Outra marca importante desta centralidade é a realização do primeiro loteamento da cidade gerado pela demanda por terras nas proximidades da região da Luz, que deu origem ao bairro do Campos Elíseos, com casas e palacetes da elite de São Paulo. Mais próximo aos baixos terraços e se expandindo em direção à zona de inundação do Rio Tietê, se formou o bairro do Bom Retiro, ocupado por operários e trabalhadores. Posteriormente, se verifica o estabelecimento do grande comércio de roupas e produtos diversos, que ganhou nos dias de hoje dimensão continental.

Paralelamente ao crescimento da região da Luz, verifica-se o primeiro movimento de expansão do centro de São Paulo a partir de 1892, com a construção do Viaduto do Chá, que facilita o acesso às áreas que cruzavam o vale do rio Anhangabaú. Expansão essa que se intensifica na década de 1930, quando o viaduto é reconstruído⁵, possibilitando o trânsito de veículos e a expansão da ocupação e de importantes funções urbanas para o outro lado do vale. Assim, se concretiza um impulso intenso de expansão do centro em direção ao atual distrito da República, antigo Largo dos Curros, passando a associar a região da Sé ao Centro Velho e a República ao chamado Centro Novo⁶.

De fato, desde o período de 1910 a 1914, a zona do Triângulo Histórico já vinha acumulando problemas de circulação, além de se mostrar incapaz de seguir comportando o crescimento comercial da época, conforme relata o historiador Ernani Silva Bruno (1984). O antropólogo Heitor Frúgoli Jr. aponta também um deslocamento de alguns estabelecimentos comerciais, que é revelado pela mudança da importante loja de departamentos Mappin para a Praça Ramos de Azevedo e de outras lojas, que “passaram a se fixar na Rua Barão de Itapetininga e adjacências, constituindo a nova região da circulação da elite no centro, com o início da popularização do comércio no ‘Triângulo Central’” (2000, p. 50).

⁵ O primeiro viaduto, do fim do século XIX, era todo construído em estrutura metálica. Sua reconstrução em concreto armado e com o dobro de largura no ano de 1938 permite maior fluxo tanto de pessoas quanto de veículos.

⁶ Ambos continuam concentrando as atividades comerciais, os serviços e o setor administrativo da cidade até os anos 60, quando o processo de desvalorização da região se intensificou e se passou denominar Centro Velho tanto o distrito da Sé como o da República.

1.2. Desvalorização e crise da centralidade única

Esse processo continua até 1930, quando o centro histórico, inclusive a região da Luz, perdem progressivamente parte de sua centralidade. Certos autores explicam esse momento como reflexo da crise cafeeira e do acelerado crescimento da indústria, que se espalha por vários cantos da cidade, levando com ela a nova elite econômica que se desloca para outros bairros. É importante ressaltar que a desvalorização de toda a área central não se vincula apenas à saída da elite para habitar outros bairros, mas também tem relação fundamental com a perda do papel da ferrovia como eixo central de transporte.

Do mesmo modo, o crescimento do uso do automóvel como modelo de mobilidade urbana gera problemas na fluidez do trânsito, demonstrando que a região central não comportava tal demanda. A instalação do Terminal Rodoviário na Praça Júlio Prestes em 1961 marca justamente essa mudança do modelo de transporte e termina por ser o ponto de chegada de migrantes vindos de diversas partes do país, gerando também uma concentração de pensões e hotéis baratos no entorno, além do estabelecimento de um tipo de comércio mais popular. Mais adiante, os velhos casarões vão dar lugar a cortiços.

Em muitos discursos, esse processo é tratado como “degradação”, associando a ocupação popular à insegurança, à sujeira e ao próprio “abandono” do centro, mas o que se quer apontar neste trabalho é o reforço progressivo da desvalorização imobiliária dessa área central em função dos fatores apontados acima.

A geógrafa Helena K. Cordeiro (1980) afirma que o centro metropolitano foi sendo permanentemente recriado em função da chamada “expansão centrífuga da cidade”, acarretando o desdobramento do núcleo tradicional em novos núcleos que surgem como sub-centros. O uso do termo desdobramento pela autora indica que a centralidade do núcleo tradicional, o “Centro Velho”, não é totalmente perdida. Não há um deslocamento e sim uma expansão em direção a outras áreas da cidade.

Essa expansão é vista pela geógrafa Glória Alves como expressão da crise da centralidade única decorrente do processo de reprodução espacial da sociedade capitalista. Nas suas palavras, “a força da centralidade exigiu sua própria expansão” (ALVES, 2005, p.139). Cordeiro resalta também que o dinamismo e o caráter significativo do primeiro na centralização do quadro político municipal e na articulação do sistema de transportes e de comunicações se mantém, e sua intensidade não podia ainda ser verificada nas outras porções em expansão da metrópole. Ou seja, o centro histórico perde apenas seu posto de centralidade

única, mas não o seu caráter central. Mesmo assim, é neste processo que se coloca a desvalorização pela qual o núcleo tradicional vai passando, o que é concomitante também à evasão de algumas empresas e bancos para outros sub-centros.

No momento de elaboração da sua tese, Cordeiro aponta a área de maior expansão da centralidade como o Centro Paulista, que reunia o corredor comercial da Rua Augusta com a área de expansão dos serviços metropolitanos da Avenida Paulista. A partir da década de 70, então, a centralidade paulistana passa a ser reconhecida também nessa região.

O antropólogo Heitor Frúgoli Jr. (2000) identifica em seu livro o centro histórico, a Avenida Paulista e a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, a partir dos anos 90, como as três centralidades que se formaram expandindo-se em direção à região sudoeste da capital paulista (Figura 3).

O croqui abaixo, produzido pelo mesmo autor, representa essa expansão das centralidades.

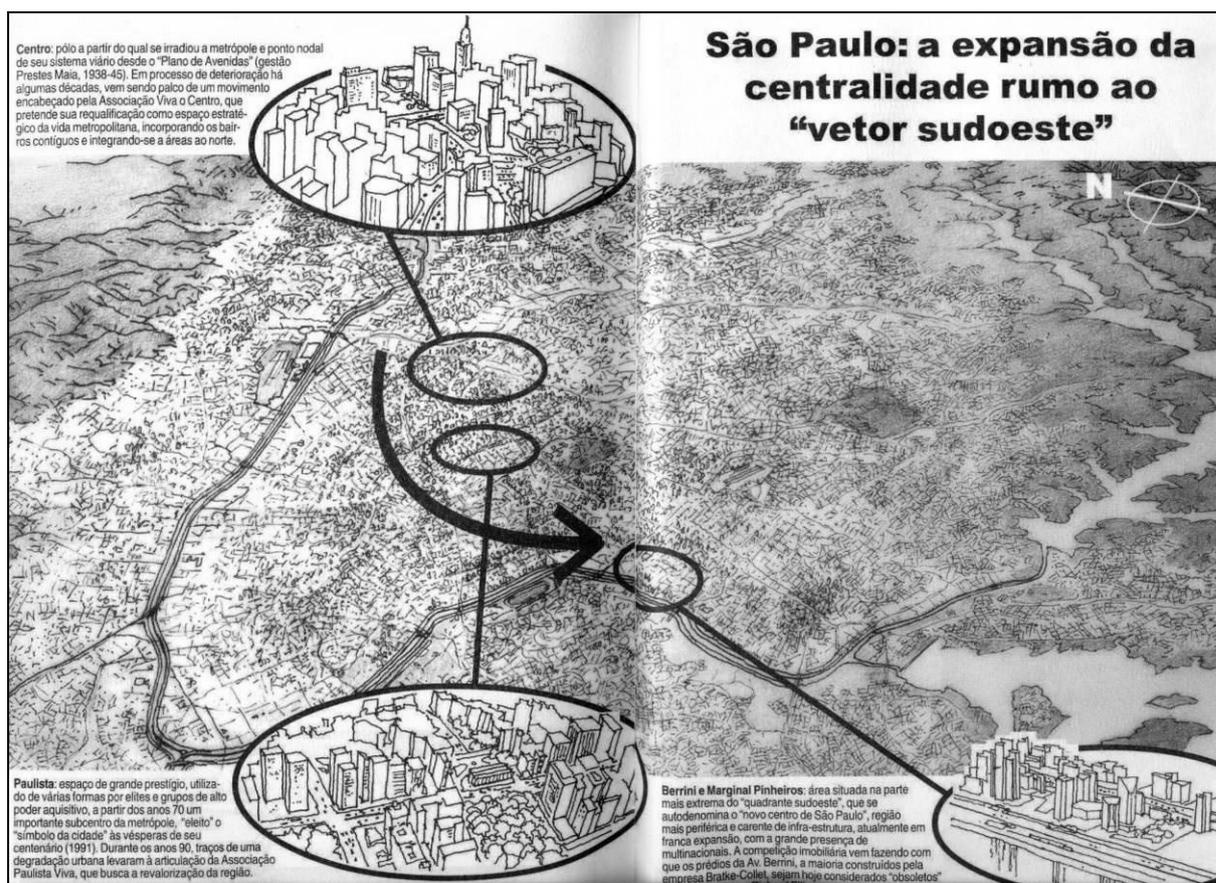


Figura 3: Esquema da expansão das centralidades de São Paulo, produzido por Frúgoli Jr. (2000).

Esses novos núcleos reforçam a desvalorização do centro histórico, que, como já apontado, não perde totalmente sua importância, mas deixa de concentrar importantes funções. Nas palavras de Frúgoli Jr., a lógica dessa expansão promove a

(...) fuga de empresas para os sub-centros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitante à mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença das classes populares (2000, p. 26).

Isso significa que a cidade de São Paulo não passou apenas por uma expansão em direção às periferias ao longo do século XX, mas também por um processo importante de criação e “abandono” de centralidades. Para o autor, a revitalização das áreas centrais está intimamente conectada ao surgimento desses outros sub-centros que se configuram num “contexto multipolar” (FRÚGOLI JR., 2000, p. 26), ou seja, não é um fenômeno pontual ou isolado. As intervenções na cidade são entendidas no seio de concepções baseadas em processos de higienização, privatização e fechamento de espaços públicos, considerando também o importante papel do urbanismo nesse modo de intervenção urbana.

1.3. Revalorização

O movimento de revalorização do centro é visto enquanto particularidade de um processo mais amplo, um movimento necessário diante da desvalorização analisada anteriormente. A partir da redefinição das centralidades de São Paulo, torna-se necessária a reinserção de espaços já produzidos em novos circuitos de acumulação de capital. Neste trabalho, a reconfiguração do centro histórico e os movimentos chamados de “revitalização”, “renovação”, “requalificação”, entre outros, fazem parte deste processo.

Além disso, a articulação das centralidades de São Paulo é fundamental para fortalecer seu papel de destaque em âmbito nacional e inserir estrategicamente esta metrópole no circuito global de cidades, como analisa Glória Alves (2005). As novas centralidades e a revalorização do centro, portanto, não estão somente articuladas entre si, como também às escalas nacional e mundial.

A autora afirma que a inserção da cidade de São Paulo na rede de cidades mundiais implica na introdução de uma nova funcionalidade que possibilite o controle e a gestão de operações globais. Se no passado a cidade era classificada a partir de sua função predominante, no contexto global, o desenvolvimento da nova funcionalidade torna necessária uma “redefinição hierárquica da cidade”, além de “mudanças locais para a manutenção desse papel de comando” (ALVES, 2005, p. 137). Esse processo se materializa em espaços

específicos e de forma fragmentada, formando as centralidades da cidade discutidas anteriormente e ao mesmo tempo impulsionando o movimento de revalorização da centralidade original do centro histórico.

Por sua vez, Ana Fani Alessandri Carlos (2005, 2001) afirma que o processo de mundialização implica uma nova divisão espacial do trabalho que se realiza por meio de profundas transformações na metrópole. Segundo a autora, se impõe um novo comportamento que articula o plano financeiro, o industrial e o comercial através do setor imobiliário, e gera alterações no sentido da “mercadoria-espaço” em decorrência da “mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço enquanto ‘produto imobiliário’” (CARLOS, 2005, p. 32) (grifo nosso). Trata-se de mudanças no setor produtivo que são reveladas pelo deslocamento dos estabelecimentos industriais atrelado ao crescimento do setor de serviços e comércio modernos, que implicam na redefinição das centralidades da metrópole (representada pela expansão do eixo empresarial-comercial descrita por Frúgoli Jr.).

Ao analisar o papel do espaço no processo de globalização a partir da análise da metrópole de São Paulo, Ana Fani, discute o estabelecimento de novas relações espaço temporais que contrariam as discussões sobre a desterritorialização do homem e de suas atividades. Para ela, “constatam-se, hoje, profundas e amplas transformações espaciais, mas em vez da anulação do espaço, o que se revela é sua reafirmação, pois é cada vez mais importante dentro da estratégia da reprodução” (CARLOS, 2001, p. 42). Na sua avaliação, o espaço se coloca como elemento estratégico para a reprodução da sociedade constituindo-se como articulação entre o local e o mundial. Ou seja, no momento atual da reprodução capitalista, o espaço assume um papel central colocando também a cidade como mecanismo fundamental de valorização, que chega a se construir fundamentalmente enquanto negócio.

Em virtude dessa relevância do espaço, o geógrafo César Santos (2006) aponta a necessidade de contínuas transformações para permitir a realização dos mecanismos de circulação do capital conformando uma verdadeira geografia urbana “cambiante” das metrópoles modernas em que o setor imobiliário se coloca como a última saída para a crise de valorização do capital.

Apoiado no pensamento de David Harvey, Santos afirma que diante da necessidade constante de uma reestruturação espacial do capital, se realiza a ordenação ou reordenação espaço-temporal do capitalismo. Isso se dá de duas maneiras: através da busca de novos espaços de acumulação segundo uma lógica expansionista; ou da reordenação geográfica dos capitais em regiões já anteriormente voltadas à reprodução capitalista, configurando a

reprodução do espaço da metrópole (CARLOS, 2005). A nosso ver, as políticas de preservação na área central de São Paulo, que serão analisadas mais adiante, se inserem neste segundo movimento, já que se trata da reinclusão de territórios que haviam perdido sua rentabilidade máxima do ponto de vista da reprodução ampliada do capital, e deveriam então sofrer transformações nos seus usos e funções a fim de serem reintegrados no processo de acumulação.

Se os momentos de circulação e realização do valor exigem uma correspondente produção do espaço, o descompasso entre esses momentos e as estruturas materializadas é necessariamente um problema do ponto de vista da reprodução ampliada do capital. A região da Luz e o centro histórico de São Paulo, em uma análise mais ampla, são justamente a representação deste descompasso, daí a necessidade de “requalificação”. São áreas que foram sendo desvalorizadas e agora se encontram no momento determinante de sua transformação.

A extensão das grandes cidades dá aos terrenos, sobretudo nos bairros do centro, um valor artificial, que cresce por vezes em enormes proporções; as construções que aí estão edificadas, em lugar de aumentarem este valor, pelo contrário o diminuem, pois já não correspondem às novas condições e são demolidas para serem substituídas por edifícios modernos (ENGELS, 1979, p. 2-3).

Pensando especificamente a questão da habitação, Engels (1979) analisa a maneira como ela dá lugar a outras funções, como armazéns, lojas e edifícios públicos em consequência dos limites impostos por ela à valorização, fazendo com que a própria função da moradia seja continuamente expulsa das áreas centrais das cidades.

A partir dessa reflexão, é possível extrapolar para a estrutura situada nos centros urbanos, como o sistema viário e de comunicações. No caso do centro de São Paulo, algumas áreas necessitaram de modernizações inclusive para se transformarem dentro de uma mesma função. É o caso, por exemplo, da implantação do metrô na área central da cidade iniciada no Plano de Revitalização do Centro levado a cabo em 1975. Este novo sistema de transportes se colocou como a indispensável inserção de uma nova tecnologia para superar os entraves colocados pela rede viária destinada ao automóvel, que na década de 60 passou a prejudicar a circulação nesta região.

Neste contexto, é destacada a importância da atuação estatal a partir da década de 1970 e reforçada em 1990 no sentido de recuperar o potencial de valorização da região central de São Paulo. Segundo Santos, “esse é o período em que se intensificam também as ações da burocracia estatal sobre o espaço urbano com o intuito de ‘revitalizar’ antigas zonas degradadas das cidades” (2006, p. 110).

A atuação do poder público se mostra imprescindível para a liberação desses espaços a investimentos privados, seja por meio de sua atuação direta, dando suporte a infraestruturas urbanas, por exemplo, ou indiretamente, com legislação específica que incentiva modificações na região central. Ana Fani Carlos aponta ainda que se trata de uma nova relação Estado-espaço, que:

(...) aparece, por exemplo, através das políticas públicas que orientam os investimentos em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole com a produção de infraestruturas e ‘reparcelamento’ do solo urbano através da realização de operações urbanas e da chamada requalificação de áreas – principalmente centrais – através da realização de ‘parcerias’ entre a prefeitura e os setores privados que acabam influenciando e orientando essas políticas (2005, p. 30).

Sobre o papel fundamental do poder público no caso da região central de São Paulo, César Santos⁷ aponta ainda que:

A degradação, fruto da desvalorização, manteve, na região central de São Paulo, um enclave de capitais obsoletos e de atividades ligadas ao circuito inferior da economia – normalmente associado às atividades ilícitas da pirataria, do contrabando, do narcotráfico e do comércio informal. Essas atividades preservaram a condição de reserva territorial da região para futuros ciclos de investimentos que por ora parecem despontar a partir das ações do Estado. Preparada pelo poder público para uma nova rodada de investimentos, a região poderá se deslocar como uma das mais promissoras, em termos de rentabilidade em curto prazo, para os capitais que afluírem nesse sentido. Essa é a caracterização in statu nascendi da disponibilização de um território-reserva e de mecanismos de acumulação primitiva do espaço, tipicamente disparados e dirigidos através da força e do poder da lei. O Estado utiliza-se dos dispositivos legais e da força para, em nome do que se convencionou chamar de ‘utilidade pública’, promover a cidade como um negócio privado (2006, p. 117).

As políticas de preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico e histórico que serão analisadas no segundo capítulo podem ser entendidas justamente como reinserção de espaços desvalorizados no processo de valorização através do capital imobiliário. Diante da perda de significados de determinada territorialidade para o capital, a produção de estoques territoriais para futuros investimentos serve de maneira eficaz para resolver as sucessivas crises de expansão/ acumulação no espaço urbano. Formam-se, assim, ciclos de valorização-desvalorização-revalorização.

Ou seja, o discurso tão difundido do centro “abandonado” não poderia estar mais equivocado já que a própria desvalorização é impulsionada como forma de criar tais espaços

⁷ O autor traz apontamentos muito relevantes para esta pesquisa, mas é importante destacar que o que coloca nesta citação sobre o circuito inferior da economia que passa a ocupar o centro de São Paulo deve ser entendido com mais complexidade. Isso porque tais colocações dão margem para a criminalização das atividades que foram se desenvolvendo no centro, que atualmente são utilizadas inclusive como justificativa para intervenções massivas e violentas na área central.

de reserva de capital, o que significa que não se trata simplesmente de abandono. A redução dos valores imobiliários no centro, portanto, foi um momento fundamental para a produção de possibilidades de investimento. Propõe-se, então, o abandono da ideia de abandono.

CAPÍTULO 2 - O OLHAR DE VOLTA AO PASSADO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BAIRRO DA LUZ, CENTRO DE SÃO PAULO

As políticas de preservação e recuperação do patrimônio cultural no bairro da Luz são estudadas enquanto ações e discursos inseridos em diferentes projetos políticos que variam segundo os sujeitos envolvidos em cada momento. A partir da análise de algumas dessas políticas, busca-se entender o modo como o processo de revalorização está se realizando na área central de São Paulo nas últimas décadas.

É possível destacar alguns traços gerais que possibilitam o agrupamento de tais políticas em dois momentos: um que assinala o início desse olhar “renovador” ao centro da cidade a partir da década de 1970, e outro depois dos anos 90 quando se intensificam as políticas de recuperação e a atuação estatal na região, principalmente no bairro da Luz.

2.1. Atuação estatal: anos 70

As iniciativas que visavam articular a recuperação do patrimônio histórico com as políticas urbanas de recuperação do centro de São Paulo começam a aparecer nos anos 70, introduzindo pela primeira vez a ideia de “revitalização urbana” nesta cidade. A presença de população de baixa renda, facilitada pelo processo de desvalorização da região agravado nos anos 60 era associada à ideia de degradação e abandono. A revitalização, assim, se colocava como a possibilidade de retomada da vitalidade (econômica, funcional, social ou ambiental) supostamente perdida.

Naquele momento, são criados os primeiros mecanismos para a preservação do patrimônio histórico a partir de legislação de disciplinamento do uso e ocupação do solo. Dentre elas, se destaca a instituição das chamadas zonas Z8-200⁸, que delimitavam áreas especiais cujos imóveis deveriam ser preservados por sua relevância histórica, artística, cultural ou paisagística dentro da Lei de Zoneamento de 1972. O bairro da Luz, identificado como uma área de alta concentração de edifícios monumentais, é inclusive apontado como um

⁸ Lei Municipal nº 8.328, de 02 de dezembro de 1975.

setor especial de preservação, a Z8-007 Zona Especial Área da Luz⁹. Porém, apesar do estudo e da indicação de alguns imóveis para preservação como Z8-200, essa medida não gerou resultados significativos em termos de transformação dos mesmos.

O termo revitalização é introduzido como referência para a atuação municipal no Plano de Revitalização do Centro de 1975 do prefeito Olavo Setúbal (1975-1979), que focou sua atuação no Centro Velho de São Paulo. No âmbito deste programa, foram feitas a restauração do Edifício Martinelli e a criação dos calçadões que proibiram o tráfego de veículos em algumas ruas do centro delimitando áreas específicas para trânsito de pedestres (KARA-JOSÉ, 2007, p. 48-49). Outra iniciativa notável deste plano foi a inauguração de diversas estações de metrô¹⁰ na área central da cidade para dar suporte estrutural aos usos e funções que deveriam voltar a ocupar esta região, como já mencionado anteriormente. A instalação do metrô se mostrou significativa não só para a modernização do transporte público, mas também para facilitar o acesso à região, prejudicado desde a segunda metade da década de 50 pelo excesso de automóveis que geravam congestionamentos e ocupavam o espaço público.

No ano de 1984 é criado o Programa Luz Cultural da Secretaria de Estado da Cultura visando estimular a atividade turística baseada na presença dos equipamentos culturais da região da Luz (Pinacoteca do Estado, Museu de Arte Sacra e Liceu de Artes e Ofícios, entre outros) para impulsionar transformações na região como um todo. Com o final da gestão de André Franco Montoro no governo estadual (1986), contudo, o projeto foi interrompido e não chegou a atingir todas as metas propostas, mas suas premissas e seus idealizadores tiveram papel importante no Polo Cultural Luz de 1996, analisado mais adiante.

É possível observar que as intervenções foram notadamente pontuais e não chegaram a constituir um conjunto integrado de ações até fins dos anos 80. O Estado atuou muito mais no sentido de dar suporte às transformações estruturais da região (legislação e sistema de transporte, apontados anteriormente) do que investindo diretamente na restauração dos edifícios e em políticas culturais propriamente ditas. Pode-se dizer que o patrimônio histórico não era visto como uma peça chave para a revalorização naquele momento, tratando-se de um período inicial de investimento nas bases gerais que possibilitariam as diretrizes posteriores.

⁹ Alguns dos prédios indicados para preservação na categoria de zonas Z8-200 são: as Estações Luz e Júlio Prestes, a Pinacoteca do Estado, o Jardim da Luz, o Convento da Luz, o Edifício Paula Souza, o Seminário e a Igreja São Cristóvão, a antiga Escola de Farmácia e de Odontologia, a Escola Prudente de Moraes, a Vila Economizadora e a Vila Inglesa (cf. KARA-JOSÉ, 2007, p. 40).

¹⁰ Além da instalação de estações de metrô, foram feitas no âmbito deste programa, a restauração do Edifício Martinelli e a criação dos calçadões que proibiram o tráfego de veículos em algumas ruas do centro delimitando áreas específicas para trânsito de pedestres (cf. KARA-JOSÉ, 2007, p. 48-49).

2.2. Atuação estatal: pós anos 90

A partir da década de 90, a quantidade de obras aumenta significativamente e são intensificadas as políticas culturais com o objetivo de alavancar transformações mais significativas e regionais embasadas no crescimento econômico. O bairro da Luz, por sua vez, se consolida como foco das maiores e mais caras intervenções da área central¹¹.

A monumentalidade deste bairro é percebida desde a imponência da arquitetura das Estações da Luz e da Júlio Prestes, da Pinacoteca do Estado (antigo Liceu de Artes e Ofícios), do Centro Paula Souza (antiga Escola Politécnica) e do Edifício Ramos de Azevedo (Arquivo Municipal) até o requinte europeu do desenho do Jardim da Luz. Construídos do final do século XIX até meados do XX, edifícios como estes, além de caracterizarem a região como polo artístico e científico do período, mostram também a forte presença do Estado na região.

Como já descrito no primeiro capítulo, a reunião de elementos tão grandiosos nesta área é decorrente da construção das ferrovias ao longo do século XIX e do crescimento da economia cafeeira. O bairro, concentrando os imóveis monumentais produzidos até o início do século XX e toda a sua simbologia, passa também a concentrar nas últimas décadas os maiores investimentos para a sua reinserção no circuito de valorização do espaço na cidade de São Paulo.

Se antes o financiamento das obras era concentrado nas mãos do próprio governo municipal, neste período se destaca a atuação no âmbito estadual e federal, além da entrada do capital privado. Além disso, a Associação Viva o Centro (AVC)¹² se coloca como a principal articuladora das políticas na região. O papel desta associação é fundamental tanto no sentido de afirmar a importância dos investidores privados para a “retomada” da área central da cidade quanto para promover a “requalificação urbana” através da articulação entre recuperação do patrimônio histórico e criação de centros culturais.

De modo geral, a inserção da iniciativa privada é estimulada através do fortalecimento da concessão de direitos adicionais de uso e ocupação do solo tanto pelas Operações Urbanas quanto pelas leis de incentivo fiscal. Ela também vai se constituindo ao longo do tempo como

¹¹ Como já dito, não há uma delimitação oficial deste bairro. Identificamos a Luz como a área que abrange o entorno da estação ferroviária e parte do distrito do Bom Retiro.

¹² Fundada em 1991 congregando instituições como o Banco de Boston, as Bolsas Bovespa e de Mercadorias e Futuros, a Fundação do Comércio, o Rotary Club e diversos outros bancos e associações financeiras. A respeito da formação desta associação, Frúgoli Jr. (2000) aponta o papel decisivo do capital financeiro diante de um novo ciclo de evasão de empresas que se iniciava nesse período, em que a negociação para a permanência das Bolsas Bovespa e BM&F foi o marco inicial.

uma importante fornecedora de estudos técnicos e projetos arquitetônicos para as intervenções financiadas pelo poder público.

No âmbito legislativo, as Operações Urbanas Anhangabaú e Centro (de 1991 e 1997, respectivamente) reforçam o instrumento de Transferência do Potencial Construtivo¹³ dos edifícios históricos, que permite a transferência de até 60% do potencial construtivo dos imóveis preservados por lei municipal para além do perímetro da operação urbana. Esta lei é uma primeira forma de restituir ao proprietário os prejuízos imobiliários resultantes do tombamento, e marca o início de um processo de compensação que posteriormente agregará outros mecanismos, como descontos na cobrança de impostos.

Também buscando promover a entrada do capital privado, são criadas leis que isentam o pagamento de determinados impostos. A Lei Mendonça¹⁴, promulgada em 1990, concede descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e no Imposto Sobre Serviços (ISS) a quem investir na recuperação de imóveis históricos. Em 1995, é regulamentada a Lei Rouanet¹⁵, que permite a dedução do Imposto de Renda a empresas que financiem projetos culturais. E em 1997, com a Lei das Fachadas¹⁶ é dado mais um incentivo fiscal aos proprietários dos imóveis ou aos patrocinadores das obras de restauração externa dos imóveis localizados na chamada Área Especial de Intervenção (partes dos distritos da Sé e da República) que passam a ser isentos do pagamento do IPTU por um período de 10 anos.

Tais mecanismos, apesar de serem muito usados nos dias atuais, não alcançaram os resultados esperados imediatamente já que não puderam mobilizar o interesse dos agentes privados logo no seu início. Ou seja, não foi algo facilmente conquistado. O que se nota é que o empenho dos mesmos está sim ligado à concessão de benefícios e vantagens, mas tal aproximação não é instantânea já que “a iniciativa privada, isto é o mercado, tenta operar segundo sua lógica e, portanto, a esperar lucros da atividade cultural” (Chauí apud Kara-José, 2007, p. 94). O que não era totalmente previsto no momento de criação dessas leis, se mostrou posteriormente um grande negócio.

Nota-se assim, um aumento dos valores investidos em projetos culturais na segunda metade dos anos 90 com aproveitamento das leis de incentivo, além do orçamento direto do governo para a área cultural, que se mostra nos programas que se seguem. Tal observação vai

¹³ Lei Municipal nº 9.725, de 02 de julho de 1984. Esta lei é uma primeira forma de restituir ao proprietário os prejuízos imobiliários resultantes do tombamento, e marca o início de um processo de compensação que posteriormente agregará outros mecanismos, como descontos na cobrança de impostos.

¹⁴ Lei Municipal nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990.

¹⁵ Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto Federal nº 1.494, de 17 de maio de 1995.

¹⁶ Lei Municipal nº 12.350, de 06 de julho de 1997.

ao encontro do que foi discutido no Capítulo 1, em que se destaca a importância do poder público para a recuperação do potencial de valorização da área central de São Paulo, seja direta ou indiretamente.

É preciso, ainda, fazer algumas ponderações sobre os incentivos fiscais como mecanismos de inserção do capital privado nestas intervenções. Isso porque, na verdade trata-se da inclusão da iniciativa privada num processo que a coloca como protagonista fundamental da recuperação dos edifícios históricos, mas que ainda é majoritariamente financiado com recursos públicos já que é o Estado que deixa de arrecadar os tributos quando não atua diretamente. Trata-se, portanto, de uma verdadeira renúncia fiscal. Isso gera implicações ainda maiores quando pensamos que essas isenções acabam sendo muito mais vantajosas para os proprietários de grandes edifícios. No caso da Lei de Fachadas, por exemplo, os proprietários de imóveis maiores têm conseqüentemente IPTU mais alto e a quantia que deixam de contribuir nos 10 anos de isenção chega a ser muito maior que os gastos com as obras de recuperação do edifício, o que pode ser extremamente lucrativo.

Em 1996, é criado o Polo Cultural Luz, que se baseava no conceito de “âncoras culturais” e apontava algumas obras como verdadeiras propulsoras de transformação urbana e não apenas cultural: a reforma e ampliação da Pinacoteca do Estado, a reforma da Estação da Luz e instalação do Museu da Língua Portuguesa e a construção da Sala São Paulo no jardim interno da Estação Júlio Prestes (Complexo Cultural Júlio Prestes), além da recuperação do Jardim da Luz e outras obras que tiveram menos recursos, como o restauro e a transformação do antigo edifício do DOPS, a restauração do Mosteiro da Luz e a ampliação do Museu de Arte Sacra. Esperavam-se mudanças na dinâmica econômica e social do entorno dos edifícios e que irradiassem para as escalas local e metropolitana, como afirma o material produzido pela AVC sobre o projeto (MEYER & IZZO, 2000).

As intervenções destacadas tiveram muita visibilidade e movimentaram altíssimos recursos, majoritariamente aplicados pelos governos estadual e federal. A participação da iniciativa privada consistiu na elaboração dos projetos, como no caso da Sala São Paulo, em que a AVC foi responsável pelos projetos de restauro e pelos estudos urbanísticos e a ARTEC Consultants Inc. fez o projeto acústico; e na Estação da Luz, em que a Fundação Roberto Marinho implantou o Museu da Língua Portuguesa no edifício da estação. Mesmo que tenham

vido amplamente utilizadas como marketing por parte das empresas, as parcerias foram beneficiadas pela Lei Rouanet¹⁷.



Foto: Nano Aliaga (Maio/2012).

Figura 4: Pinacoteca do Estado de São Paulo.



Fonte: MEYER, R. & IZZO JR, 2000.

Figura 5: Estação Júlio Prestes reformada e Sala São Paulo implantada no jardim interno, formando o Complexo Cultural Júlio Prestes.

¹⁷ Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, já citada neste trabalho, que permite deduções no Imposto de Renda a empresas que invistam no segmento cultural.



Fonte: MEYER, R. & IZZO JR, 2000.

Figura 6: Visão interna da Sala São Paulo.



Foto: Anaclara V. Antonini (Julho/2011).

Figura 7: Estação da Luz restaurada e entrada do Museu da Língua Portuguesa.

A Pinacoteca (Figura 4) foi a primeira obra a ser feita. Financiada pelo governo estadual e com o custo de R\$ 10 mi à época (FRÚGOLI JR., 2000), era vista como a alavanca inicial do Polo Cultural Luz. De fato, logo na sua inauguração em 1995, a exposição do escultor francês August Rodin teve visitação de cerca de 180 mil pessoas, o que confirmou a viabilidade desse tipo de intervenção, impulsionou e reforçou as bases dos projetos que se seguiram.

Inaugurada em 1999, a Sala São Paulo (Figuras 5 e 6) impressionou muito com seu complexo projeto. O lugar era o jardim interno de um edifício tombado situado ao lado de uma estação de trem que, com 50 milhões de dólares se tornou a sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e a melhor sala de concertos da América Latina.

O Museu da Língua Portuguesa (Figura 7), por sua vez, foi inaugurado em 2006 com o custo de aproximadamente R\$ 37 mi à época¹⁸, que foram utilizados para a criação, pesquisa e implantação do museu, encerrando também os trabalhos de restauro da Estação da Luz. Possui uma proposta extremamente moderna, com uso de avançadas tecnologias, recursos interativos e um telão de 106 metros de extensão com projeções simultâneas de filmes sobre a língua.

A grandiosidade dos projetos extrapola a própria arquitetura monumental que eles encerram e o seu caráter elitista se afirma, mesmo que não deflagrado no discurso e no preço das entradas¹⁹ dos equipamentos culturais criados. O grande estacionamento da Sala São Paulo, apenas como exemplo, faz com que os seus frequentadores, majoritariamente de vigoroso poder aquisitivo, não precisem transitar pelas calçadas do entorno, nem mesmo entrar em contato com a população miserável que transita na região, para ir aos concertos.

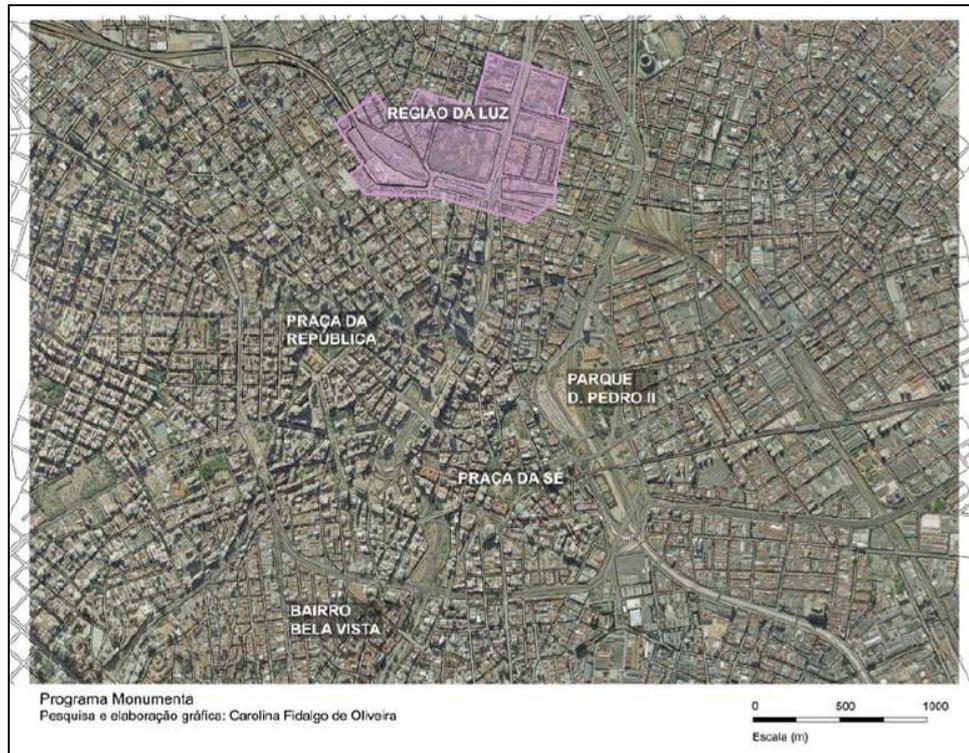
Outro projeto se configura para a região da Luz a partir do contrato entre o Ministério da Cultura, o IPHAN e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluindo São Paulo no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano (Monumenta).

O princípio indispensável afirmado por este programa era a sustentabilidade, que colocava o retorno financeiro das intervenções como um fator primordial. Isso implica que o patrimônio restaurado deveria necessariamente gerar recursos para sustentar as melhorias financiadas através da ativação do potencial turístico e econômico, entre outras atividades. Era inclusive exigida pelo BID a participação da iniciativa privada e a comprovação do potencial de valorização imobiliária da região. Esse princípio torna evidente e explícita a vinculação da recuperação do patrimônio à sua contrapartida monetária.

Executado em cidades como Olinda (PE), São Luís (MA) e Salvador (BA), o Programa Monumenta em São Paulo teve algumas particularidades. Uma delas é que São Paulo não possuía um conjunto histórico tombado pelo IPHAN, que era um dos requisitos fundamentais do programa. Assim, o conjunto histórico da Luz é tombado às pressas por este órgão no ano 2000 (sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) no governo federal), o que se articulava também ao projeto cultural já em curso de enobrecimento cultural levado a cabo pelo governo paulista na região. Em 2002, é assinado o convênio que passa a incluir trechos dos bairros do Bom Retiro, Santa Ifigênia e Campos Elíseos como parte deste programa de recuperação do patrimônio histórico que se propunha um verdadeiro agente de “reabilitação urbana”.

¹⁸ Fonte: <<http://www.museulinguaportuguesa.org.br>>. Acesso em: Out. 2012.

¹⁹ Todos eles têm dias em que as entradas são de graça ou a preços muito populares. Ressalva seja feita à Sala São Paulo, que apesar de ter alguns domingos com concertos matinais gratuitos, na sua programação normal as entradas podem chegar a R\$ 200,00 (preços verificados em Julho de 2012 em <www.salasaopaulo.art.br/>).

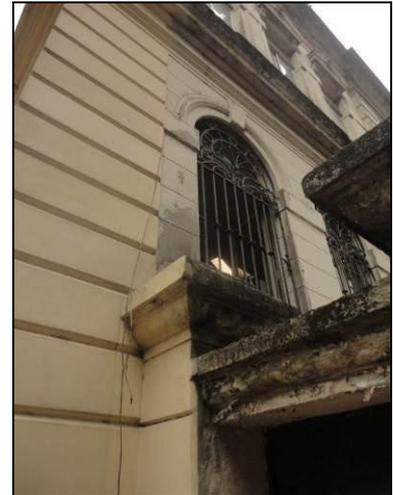


Fonte: OLIVEIRA, 2009.

Mapa 2: Perímetro do Programa Monumenta – Luz, que reúne Pinacoteca do Estado, Estação da Luz, Museu de Arte Sacra (Convento da Luz), Estação Júlio Prestes e sua gare, Ed. Paula Souza e Ramos de Azevedo, Jardim da Luz, Quartel da Luz (Tobias Aguiar), entre outros.

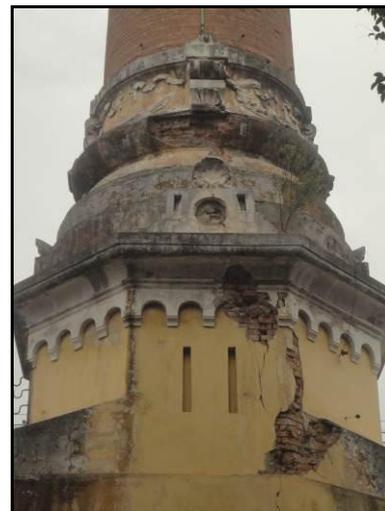
A Pinacoteca do Estado, a Estação da Luz e a Júlio Prestes, também compreendidas no Monumenta, já estavam com suas reformas em andamento no âmbito do Polo Cultural Luz. Dessa maneira, os recursos deste Programa foram direcionados a obras (restauro total, parcial ou limpeza) em outros componentes da área de intervenção: a fachada do Edifício Ramos de Azevedo (sede do Arquivo Histórico Municipal), a fachada do Edifício Paula Souza (onde funciona a Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC), a Praça Coronel Fernando Prestes, o Mosteiro da Luz, a chaminé e as ruínas da antiga Usina Elétrica da Luz (única obra executada até o ano de 2004), o ponto de bonde, a casa do administrador, os coretos, esculturas do Jardim da Luz e os hotéis Queluz e Federal Paulista, ambos na Rua Mauá.

Entretanto, o Monumenta, que se colocava antes mesmo de sua assinatura em São Paulo como indutor de transformações na região a partir da recuperação do patrimônio, teve seus efeitos pontuais e muitas vezes restritos à parte externa dos edifícios, como demonstram as Figuras 8 a 11. Tampouco se efetivou o próprio princípio da sustentabilidade financeira, tão valorizado no início do programa.



Fotos: Nano Aliaga (Outubro/2012).

Figuras 8 e 9: Fachada frontal do Edifício Paula Souza, ex-Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e detalhe na restauração, que se concentrou apenas na parte frontal do edifício. Segundo Kara-José (2007) foi cogitada inclusive a sua transferência à iniciativa privada para viabilizar o princípio da sustentabilidade econômica da intervenção.



Fotos: Nano Aliaga (Outubro/2012).

Figuras 10 e 11: Chaminé e ruínas da Usina Elétrica da Luz, primeira usina de São Paulo e primeira obra do Monumenta executada até 2004 (dois anos do início do projeto). Está em péssimas condições de conservação, isolada e não possui nenhuma placa sinalizando do que se trata, sua história ou sua restauração dentro do Programa.

Além dessas intervenções que se basearam na restauração de edifícios históricos e na criação de equipamentos culturais, também se pode destacar outras políticas que focam a revalorização da região central como um todo. Cabe aqui, uma pequena reflexão sobre a

Virada Cultural e sobre o Projeto Nova Luz, ainda em andamento.

A Virada Cultural acontece desde 2005 na cidade de São Paulo, reunindo 24 horas seguidas de apresentações musicais, exposições, danças e muitas outras atividades de graça por toda a cidade. Sua programação se concentra na área central de São Paulo que, das 18h de um sábado até às 18h do domingo, tem uma movimentação de pessoas que os outros dias do ano dificilmente podem registrar. O evento foi crescendo gradativamente desde seu início, ampliando a visibilidade, o público, as apresentações e os espaços ocupados.

Trata-se efetivamente de um momento importante de ocupar o centro com atividades culturais e pessoas de diferentes gostos e poder aquisitivo, mas é algo episódico e efêmero. O volume de recursos que a prefeitura direciona a um evento que se consome neste curto período, não se compara aos recursos despendidos à área cultural ao longo do ano todo e em regiões menos favorecidas de equipamentos culturais. De fato, o que se efetiva é uma cultura produzida como espetáculo, como um evento grandioso e de alto poder de mobilização publicitária. Grandes eventos como esse contribuem para a recuperação da imagem positiva do Centro de São Paulo, atuando no que a arquiteta Beatriz Kara-José (2007) chama de “revalorização simbólica” do lugar, e são identificados pela filósofa Otília Arantes como um dos aspectos fundamentais da gestão cultural da cidade enquanto empreendimento.

Ao analisar os mapas das atividades do evento desde seu início, é possível perceber ainda que nos últimos anos houve um certo deslocamento dos shows de grande visibilidade e de várias atrações da região da Sé e do Centro Velho para a região da Luz e da Santa Ifigênia, identificada frequentemente como “cracolândia”. São vários os argumentos que justificam essa expansão, mas o que importa ressaltar é que ela também vai ao encontro das intervenções projetadas para a região da Santa Ifigênia dentro do Projeto Nova Luz, que compreende o perímetro delimitado pela Av. Ipiranga, Av. São João, Av. Duque de Caxias, R. Mauá e Av. Cásper Líbero.

Não é o foco desta pesquisa, mas é pertinente um pequeno comentário sobre o uso da expressão “cracolândia”. Isso porque essa mesma designação é mutante, já foi usada para falar do bairro da República, para a Luz e agora está se deslocando também para o Brooklin e o Glicério. Esse deslocamento, entretanto, não diz respeito apenas aos usuários que se movimentam em decorrência da ação policial que os expulsa do lugar de parada anterior, fator sim importante já que a ação é apenas policial e não de tratamento ou qualquer outro auxílio aos dependentes químicos. Tem a ver também com a intenção em chamar uma região da cidade de cracolândia, acentuando o seu estado de degradação e o ideário negativo sobre ele

para então justificar as ações de retomada desse espaço pelo poder político e econômico. Cria-se, assim, de um ideário que justifica qualquer intervenção e obscurece seus efeitos violentos.

Desde o ano de 2011, vêm aumentando também os relatos de violência policial contra os usuários de drogas que ficavam pelas ruas dessa região, a “cracolândia”. A presença da cavalaria da polícia militar e as demolições dentro do perímetro do projeto já anunciam as intenções do Projeto Nova Luz. Sob o argumento de incentivar uma maior dinamização da área, supostamente pouco aproveitada nos dias atuais, o projeto tem em vista grandes intervenções de maneira a tornar essa uma das regiões mais modernas da cidade, um verdadeiro “polo tecnológico”.



Foto: Anaclara V. Antonini (Julho/2011).

Figura 12: Área demolida entre as ruas Mauá e Gen. Couto de Magalhães. Detalhe na placa que apontava aquela área como parte da “Requalificação” promovida pelo Governo do Estado.



Foto: Nano Aliaga (Maio/2012).

Figura 13: Mesma área transformada em estacionamento no ano seguinte.

O material consolidado, feito por um consórcio de quatro empresas e apresentado em agosto de 2011²⁰, mostra que o mote do Nova Luz não é a cultura nem o patrimônio histórico. A abordagem do patrimônio cultural aparece apenas de maneira formal e esvaziada no Plano Urbanístico²¹, que apresenta diretrizes relacionadas ao projeto arquitetônico, como manutenção da volumetria, do gabarito e o alinhamento das construções de acordo com as exigências dos órgãos de preservação, reduzindo o patrimônio cultural à arquitetura propriamente dita. Isso porque o perímetro não abrange um espaço de arquitetura monumental nem mesmo um passado de riqueza, como o seu entorno marcado pela Estação da Luz, a Pinacoteca do Estado, o Jardim da Luz, a Sala São Paulo e a Estação Pinacoteca/ Memorial da Resistência, entre outros. Seu passado de usos secundários e de antiga área de fronteira com o centro histórico nos faz pensar que por esse motivo não tenha sido o lugar do patrimônio a ser preservado enquanto valor estético ou artístico segundo os critérios dos órgãos de preservação, sendo uma possível hipótese a respeito da atuação pouco significativa dos mesmos na região. Não é visto enquanto lugar do monumental a ser resguardado, como o outro lado dos trilhos ao qual o nome do projeto se refere, mas isso não quer dizer que não possua importância histórica e memorial.

O argumento cultural se coloca como discurso necessário, porém, extremamente esvaziado neste caso. Mas trata-se de uma política que, assim como o Polo Luz, o Monumenta e as intervenções discutidas anteriormente, visa “reconquistar”²² esse espaço da cidade.

Na região da Luz, os projetos se direcionam à preservação e recuperação dos edifícios monumentais concentrados ali, enquanto na Santa Ifigênia, do outro lado da ferrovia, as construções ali situadas devem liberar espaço para o novo. Em um: conserva-se. Em outro: destrói-se.

²⁰ No momento da redação deste trabalho, o Projeto está em fase de licitação para a escolha da empresa ou consórcio de empresas que irá executá-lo. Ressalta-se que houve pelo menos três tentativas de revogação da Lei de Concessão Urbanística e do Projeto até o mês de julho de 2012.

²¹ Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/noticias/?p=32165. Acesso em: jul. 2012.

²² Discutida por Neil Smith (2007) ao tratar do processo de gentrificação, a ideia de conquista (ou reconquista) da área central de uma cidade está associada à noção de fronteira urbana. Para ele, é criada uma imagem de fronteira urbana que identifica a área central da cidade como o lugar da desordem, do perigo e da barbárie. A ocupação desta área por uma classe trabalhadora, que é vista como “menos que social” torna necessária a sua reconquista pelos “novos pioneiros”, que substituiriam a população pauperizada instalada anteriormente por elementos e sujeitos elitizados configurando a chamada gentrificação.

2.3. Os negócios da cultura

Avaliamos que as políticas de preservação e recuperação analisadas neste capítulo resultaram na reiteração da arquitetura monumental e da memória da prosperidade paulistana afirmada por megaprojetos que obscurecem o seu caráter profundamente excludente. Tratam-se basicamente de intervenções de grande porte que tiveram muita visibilidade e movimentaram muitos recursos, mas que terminaram muitas vezes sendo superficiais, fechadas em si mesmas ou privilegiando um público mais erudito e de maior poder aquisitivo.

Se as políticas analisadas fazem parte do movimento de revalorização do Centro de São Paulo que visa reinseri-lo no circuito de valorização em âmbito local e impulsioná-lo como centro de comando na rede de cidades mundiais, a Cultura e o patrimônio cultural afirmados nessas políticas serão também majoritariamente definidos dentro da esfera do negócio. O patrimônio cultural é tratado como suporte cenográfico de uma cultura que está centrada no entretenimento, ambos como instrumento para valorização.

O Jardim da Luz restaurado abriga mais do que as esculturas vindas da Europa no século XIX, abriga moradores de rua que aproveitam de suas sombras para descansar e prostitutas que reestabeleceram ali seus pontos de conexão com a clientela, que por sua vez se misturam às pessoas que usam seus caminhos como rota de acesso da Praça da Luz para a Rua Ribeiro de Lima, ou que aproveitam seus bancos para relaxar na hora do almoço. São múltiplos os seus usos. Como são também múltiplos os usos de cada edifício restaurado dentro dos programas registrados neste capítulo. O que se quer destacar, no entanto, é que o monumental e a pujança econômica que se reitera nestes equipamentos urbanos se contrapõe profundamente à realidade pauperizada e marginalizada do seu “entorno”. No Largo General Osório, em frente, à Estação Pinacoteca, ao Memorial da Resistência, à Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim (conhecida também como Universidade Livre de Música) e à Sala São Paulo se concentram usuários de droga e moradores de rua. Muitos dos prédios da região são ocupados por cortiços, alguns em condições extremamente precárias de serviços básicos de saneamento ou mesmo de conservação estrutural. Trata-se de um lugar marcado também pela miséria e não apenas pela riqueza antiga ou atual demonstrada pelas fachadas dos edifícios. Foi justamente essa situação que impulsionou o movimento de retomada da valorização da região, como foi analisado até este momento.

Tanto as políticas de recuperação do patrimônio e de criação de equipamentos culturais, quanto os demais projetos urbanísticos que incidem na região, se mostram como

parte do caminho de crescente revalorização da área a partir de ações profundamente segregadoras. Não é a toa que Beatriz Kara-José (2007, p. 260) assinala a existência de duas formas de segregação: urbana e cultural.

A filósofa Otilia Arantes (2000) afirma que isso é possível através da criação de consensos. São eles que possibilitam o obscurecimento dos conflitos e sustentam a ideologia da cidade-emprego, não como contradição, mas como geração de empregos e oportunidades para todos. Neste processo, é justamente a cultura que cria um pensamento único, incontestável e irrevogável (ARANTES, 2000). Quem é contra show de graça no centro? Mais museus? Mais praças, escolas de dança, teatros, centros culturais?

O patrimônio cultural é o que dá singularidade a cada lugar, trazendo a sua especificidade. Por sua vez, a identidade cultivada a partir da cultura possibilita o obscurecimento das contradições já que ninguém se colocaria contra ela. Beatriz Kara-José (2007) afirma que a cultura tem também a “função de harmonização e integração social, eliminando de seu horizonte especificamente o conflito, a desarmonia e a segmentação” (p. 257) fazendo com que a associação entre cultura e política urbana tenha contribuído cruelmente para a neutralização política dos sentidos, tanto da cidade como da cultura.

Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa (...) é a Cultura. (ARANTES, 2000, p. 31)

O argumento cultural tem sido utilizado como um alibi para a valorização do espaço. Os projetos, utilizando-se de discursos de recuperação de um Centro mais “limpo”, “bonito” e “seguro” para todos, acabam criando enclaves e complexos fechados que excluem e rejeitam o que está do lado de fora. Não se trata, portanto, de entender como o negócio atingiu o nível cultural, mas de como determinado segmento cultural passou a ser fundamental para os negócios.

CAPÍTULO 3 - A MEMÓRIA APAGADA? DOPS E MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

A análise dos programas executados e em projeto permitiu notar o movimento excludente que permeia e resulta dos projetos de renovação. No âmbito da memória afirmada por tais programas tampouco poderia ser diferente. O olhar de volta ao passado deve ser visto enquanto algo seletivo e intencional inserido em um contexto de tramas complexas. É consenso cultural possível, é possibilidade ou instrumento de valorização, mas é também possibilidade de resistência. Enfim, é disputa, é poder.

Em um contexto marcado por bens de destaque como a Pinacoteca do Estado de São Paulo e a Estação da Luz, a Sala São Paulo, entre outros, corpos estranhos também aparecem. O Memorial da Resistência, que ocupa uma parte do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social²³, nos desperta o olhar para um lugar que, ainda que não destoe do contexto geral, abriga a memória não da riqueza ou da glória paulistana, mas sim de um momento histórico extremamente violento, a Ditadura Militar brasileira.

²³ Como já dito na Introdução deste trabalho, escolheu-se adotar a sigla “DOPS”, que é a mais famosa deste departamento, mas foram utilizadas diferentes denominações ao longo do seu funcionamento. Nos últimos anos, sua designação era Departamento Estadual de Ordem Política e Social, constando como DEOPS nos arquivos do período final da Ditadura Militar, e esta é a sigla usada nas exposições e materiais do Memorial da Resistência.

Bens culturais em destaque na região da Luz



Legenda

Bens Destacados

 Estação Pinacoteca -
Memorial da Resistência

- | | |
|--|---|
| 1 Sala São Paulo
Estação Julio Prestes | 5 Convento da Luz
Museu de Arte Sacra |
| 2 Estação da Luz | 6 Edifício Paula Souza |
| 3 Jardim da Luz
Parque da Luz | 7 Arquivo Histórico Municipal -
Edifício Ramos de Azevedo |
| 4 Pinacoteca do
Estado de São Paulo | 8 Oficina Cultural Oswald de Andrade
(antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia) |



0 75 150
(m)

Fonte: Imagem Google/2009
Fotos: Nano Aliaga
Org.: Anaclara Volpi Antonini
Tiago Fuoco

Mapa 3: Memorial da Resistência no contexto dos bens culturais em destaque na região da Luz.

3.1 Patrimônio cultural, entre o espetáculo e o obstáculo

Em cada edifício tombado ou restaurado, cada centro cultural criado e em cada casa que desaba ou é derrubada, são escolhidas memórias que permanecem ou que dão lugar a outras. É definida inclusive a maneira como devem permanecer.

O movimento das políticas públicas para a área central de São Paulo mostra um processo extremamente segregador e excludente tanto como consequência quanto como próprio fundamento das mesmas. Se as políticas culturais e de preservação e/ou recuperação do patrimônio cultural fazem parte de uma tentativa de retomada da valorização dessa região a partir de projetos grandiosos e elitistas, que memória é, então, guardada na cidade? Trata-se da seleção das memórias e histórias que devem ou não ser mantidas no espaço, mostrando (e escondendo) determinadas relações sociais. Que narrativa histórica se cria? Se ela mesma é fruto e geradora de segregação sócio-espacial, é memória de quem?

O historiador Ulpiano Bezerra de Meneses afirma que na sociedade de massas, da indústria cultural e do mercado, os “*usos culturais*” colocam a cultura como “mais um mecanismo de segregação e fragmentação e circunscreve seu raio de ação balizado por produtos, produtores, órgãos, lugares e equipamentos culturais” (1996, p. 95). O bem cultural passa a ser entendido não mais como “espaço para uma prática da existência corrente (...)”, mas como um espaço de representação cultural” (grifo do autor) (1996, p. 96), podendo ser consumido inclusive como mera contemplação.

O filósofo argentino Nestor García Canclini (1994) vai mais adiante afirmando que se chega a uma verdadeira simulação em que se sustenta uma sociedade não dividida em classes, etnias e grupos a partir da afirmação da grandiosidade e do prestígio. Diante da arquitetura imponente, é possível que as contradições sejam obscurecidas e neutralizadas.

A pobreza e as condições precárias das vidas de muitas das pessoas que vivem nas imediações dos equipamentos culturais requalificados pouco são percebidas. A própria história perversa de alguns dos edifícios, como é o caso do antigo DOPS hoje ocupado pelo Memorial da Resistência e pela Estação Pinacoteca, é passível de ser suavizada ou até mesmo apagada.

O patrimônio cultural, definido enquanto tal, pode ser possibilidade de valorização ou obstáculo, o que faz com que a inclusão ou exclusão de bens a serem preservados seja pauta importante a ser avaliada. Tal processo se articula, pois, com a vinculação dessa escolha à incorporação de determinados bens neste movimento de “retomada” do centro ou à exclusão

de outros bens que são vistos como entraves e, portanto, devem ter sua atuação restringida ou precisam dar espaço às novas intervenções.

É o caso, por exemplo, da antiga rodoviária na Praça Júlio Prestes, que foi demolida apagando memórias importantes da cidade de São Paulo, desde seu uso enquanto rodoviária efetivamente, até 1982, até o shopping popular de confecções que funcionou ali posteriormente.

A historiadora Maria Stella Bresciani, na mesa de debate “Política e memória na cidade”²⁴, disse que a rodoviária que ali havia não era considerada um patrimônio a ser preservado segundo o critério arquitetônico propriamente dito, mas tinha sua importância como memória coletiva de fatos de sua época, como visitar um parente ou ir à praia, por exemplo. Bresciani enfatizou, assim, a ideia de memória como algo sensível e dinâmico demonstrando que mesmo que os espaços mudem, as pessoas guardam recordações que atribuem sentido ao lugar, o que faz com que o espaço seja parte das memórias e um elemento de constituição da identidade.



Fonte: O Estado de São Paulo, 13/04/2010.



Fonte: R7, 30/09/2010.

Figura 14: Antiga rodoviária de São Paulo durante seu período de funcionamento.

Figura 15: Demolição da antiga rodoviária de São Paulo em setembro de 2010.

A antiga rodoviária, porém, além de ter um estilo arquitetônico pouco valorizado esteticamente, tinha sido um dos fatores apontados no Capítulo 1 que contribuiriam para a “degradação” da região, acarretando o congestionamento de veículos e recebendo os migrantes do Nordeste que contribuiriam para estabelecer um uso mais popular na região. Memórias e fachadas que não foram vistas como dignas de permanecer naquele espaço. Memórias e fachadas que darão lugar ao grandioso Complexo Cultural Luz no qual o governo

²⁴ Ocorrida no âmbito da exposição “Bairro da Luz: Documentos recentes”, promovida pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo em abril de 2011.

estadual anuncia que “São Paulo entra definitivamente na rota dos grandes projetos da arquitetura internacional”²⁵, abrigando três teatros e as sedes da São Paulo Companhia de Dança e da Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim.



Fonte: <http://www.saopaulocompanhiadedanca.art.br/nova_sede.php> Acesso em: 25.10.2012.

Figura 16: Divulgação do projeto do futuro Complexo Cultural Luz.

Como afirma Alves (2008),

Das áreas da cidade, dos edifícios, ruas, praças e equipamentos que passam a ser denominados “patrimônio”, alguns servirão de chamariz para um desenvolvimento do turismo na cidade. Outros como elementos integrados da paisagem urbana que podem favorecer a dinamização de áreas no sentido de servirem como valorizadores de regiões e até talvez promoverão o desejado efeito metástase e, por fim, outros só servem no discurso de fomento de consensos sobre alternativas, que se colocam como únicas, de transformação sócio-espacial, derrubando-se espaços que, após análises técnicas vistas como confiáveis e inquestionáveis, se mostram inviáveis para a preservação.

Além da discussão sobre a eleição de bens a serem ou não preservados/ restaurados, a autora aponta também para outra questão relevante no debate a respeito do patrimônio cultural: o papel do conhecimento técnico. Isso porque as equipes técnicas são as responsáveis pela definição do que é ou não digno de salvaguarda segundo critérios históricos, artísticos ou arquitetônicos. E os órgãos de preservação municipal, estadual e federal decidem, através de colegiados, o tombamento dos bens.

Mesmo que a população tenha a possibilidade de indicar bens a serem tombados (no caso do Conpresp e do Condephaat), os especialistas é que são qualificados como os que saberiam identificar o valor de determinado bem que já estaria nele mesmo, autonomizando-o

²⁵ Site da São Paulo Companhia de Dança Disponível em: <http://www.saopaulocompanhiadedanca.art.br/nova_sede.php> Acesso em: 25.10.2012.

a tal ponto que é negado ao cidadão comum o poder de definir o que lhe dá identidade já que os critérios de sua definição são atribuídos externamente²⁶.

Ulpiano Bezerra de Meneses defende que é preciso desfetichizar o campo da cultura entendendo que o valor cultural não está nas coisas em si, mas no “jogo” das relações sociais, que criam historicamente seus sistemas estéticos. Nas suas palavras,

os valores que qualificam os objetos, práticas e ideias não são imanentes, não surgem a partir desses mesmos objetos, práticas e ideias (...) não tem em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem (1996, p. 93).

Se apenas os profissionais e instituições possuem os conhecimentos técnicos necessários para qualificar o que é ou não digno de proteção, esta decisão importantíssima e que serve de referencial a diversas transformações do espaço urbano se torna ainda mais distanciada da população (mesmo com a aparente abertura dos processos de tombamento à população em geral a partir dos pedidos dos cidadãos).

Por outro lado, a escolha e a recuperação dos bens não é algo aceito tranquilamente como decisão puramente técnica. Ou seja, não é algo fixo e bem delimitado. Está suscetível a condições que extrapolam o nível técnico de definição do tombamento. É objeto de disputa seja por parte de agentes imobiliários, do poder público ou dos movimentos sociais. Há quem lute pela sua derrubada e quem lute pela sua permanência, o que revela o seu caráter essencialmente político.

O patrimônio cultural abarca, portanto, diferentes possibilidades. Está entre o espetáculo – mantido como instrumento de valorização – e o obstáculo – destruído e substituído por novas formas, mais modernas e funcionais. Dessa maneira, estudar o patrimônio cultural na metrópole de São Paulo significa buscar o que está por trás da sua defesa ou seu rechaço, não se restringindo apenas ao que está tombado oficialmente.

O Memorial da Resistência expressa também essa disputa. Está inserido no processo de revalorização da área central de São Paulo e é fruto das políticas de preservação e recuperação do patrimônio cultural e de criação de equipamentos culturais no bairro da Luz, mas é fruto também de lutas políticas para que não se perdesse a memória deste edifício no mar de espetacularização da cultura.

²⁶ Tais reflexões também foram possíveis graças ao contato com o Prof. Dr. Paulo Garcez Marins, durante o III Seminário de Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, realizado na Universidade Estadual de Campinas em maio de 2010 e no curso “Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Conceitos, Políticas Públicas, Estratégias”, ministrado no Museu Paulista da USP.

3.2. Memória a ser apagada, a ser lembrada

Para Maria Cristina Oliveira Bruno et al (2009)²⁷, é importante explicitar as diversas funções do edifício em questão para não ser conivente com os restauros arquitetônicos que terminaram por “passar um verniz” sobre o passado político do nosso país. Cabem, então, alguns apontamentos a respeito dos diferentes usos deste espaço e sobre o processo de constituição do atual Memorial da Resistência/ Estação Pinacoteca.

Tendo abrigado o DOPS de 1940 a 1983, o edifício está atualmente ligado à Secretaria de Estado da Cultura e é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Para a sua conformação enquanto um memorial, o imóvel passou por diversas reformas e reestruturações, dando lugar hoje à Estação Pinacoteca – que realiza exposições de arte ligadas à Pinacoteca do Estado – e ao Memorial da Resistência no primeiro andar do prédio, onde ficava o espaço prisional do DOPS.

O edifício foi construído em 1914, a partir do projeto do escritório Ramos de Azevedo para servir como escritório e armazém central da Estrada de Ferro Sorocabana, chegando também a funcionar provisoriamente como segunda estação de passageiros desta estrada de ferro até a construção da Estação Júlio Prestes, finalizada e inaugurada apenas em 1938.

Apesar de existir desde 1924, o DOPS passa a ocupar este imóvel apenas em 1940 e permanece lá até o ano de 1983. Neste período, o órgão símbolo da repressão institucionalizada neste país atuava no controle dos cidadãos tanto no regime republicano quanto nas ditaduras (de Getúlio Vargas e Militar), utilizando-se de métodos de interrogatório que iam desde constrangimentos pessoais até as mais avançadas técnicas de tortura emocional e física, cárcere privado e execução sumária, entre outros.

Com o DOPS extinto, o prédio passa a ser ocupado pela Delegacia de Defesa do Consumidor (Decon) e pelo Departamento de Polícia Administrativa (Depad) até 1997.

Em 1999, se conclui o processo de tombamento do edifício pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Estado de São Paulo (Condephaat) como resultado de um processo que havia iniciado em 1976 e merece uma análise mais cuidadosa.

²⁷ Item 1.2 Projeto Museológico de Ocupação, escrito por Maria Cristina Oliveira Bruno, Maria Luiza Tucci Carneiro e Gabriela Aidar na publicação Memorial da Resistência de São Paulo. Referência bibliográfica: BRUNO, M. C. O.; CARNEIRO, M. L. T.; AIDAR, G. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coord.). Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

O primeiro pedido de tombamento do edifício em questão é aberto no ano de 1976²⁸, a partir de uma sugestão do então diretor técnico do Condephaat, Carlos Lemos. Como parte de um conjunto composto de variados bens na região central da cidade, os conjuntos arquitetônicos das estações antigas da Sorocabana e da Luz são apontados como “prédios bons” e “estrategicamente distribuídos pelo centro da cidade”. Já nesse momento é assinalado o uso do prédio da Estrada de Ferro Sorocabana pelo então DOPS. Em 1977, são separados os processos de tombamento de cada estação. No documento, é feito um estudo que conta a história ferroviária do edifício e mostra algumas fotos da fachada externa.

Depois de diversas respostas negativas aos pedidos de realização de vistoria e de informações para o levantamento arquitetônico, como as plantas do imóvel, por conta da ocupação do mesmo pelo DOPS, o processo de tombamento é arquivado em 1981. Apenas em 1984, depois do término da Ditadura Militar, os estudos necessários à conclusão do tombamento são reiniciados e anexados ao processo de tombamento do traçado urbano e de um conjunto de imóveis do bairro do Campos Elíseos em 1986²⁹. Em 1999³⁰, por fim, é homologado o tombamento do edifício dentro da listagem de bens apontados no processo de 1986.

Apesar de a inscrição ter sido feita no Livro do Tombo Histórico e de ser mencionado o uso do edifício pelo DOPS, o tombamento está muito mais centrado nas características da arquitetura grandiosa do edifício – de estilo eclético, projetado pelo escritório do Ramos de Azevedo, e construído com materiais provenientes da Inglaterra – e no seu uso como armazém e estação provisória da Estrada de Ferro Sorocabana.

Mesmo sendo citado o passado recente do edifício, sua importância histórica residiria somente no primeiro andar, onde estão situadas as celas do antigo departamento policial, lugar ao qual se restringiram todos os Memoriais, seja o do Cárcere (que não chegou a se efetivar), o da Liberdade ou o da Resistência. Isso não quer dizer, porém, que o valor histórico relativo ao uso do edifício pelo DOPS se concentre apenas no seu primeiro andar.

Como analisa a historiadora e técnica da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico ligada ao Condephaat, Deborah Neves, o processo de tombamento se limita a “reunir informações sobre a edificação, técnicas construtivas e alguns recortes de jornal que apontavam ali ser a futura Universidade de Música do Estado” (2011, p. 5). A nosso ver, os anúncios do que seria feito no edifício, sinalizados nos recortes de jornal, e o próprio

²⁸ Processo nº 20 159/1976, Condephaat.

²⁹ Processo nº 24 506/1986, Condephaat.

³⁰ Processo nº 38 685/1999, Condephaat.

encaminhamento do processo de tombamento, reforçam e contribuem para o caminho de incorporação do mesmo no movimento de transformação da região a partir da criação de equipamentos culturais de grande visibilidade.

3.3. Caminhos tortuosos até o Memorial da Resistência

Desde 1998, a gestão do prédio passa da Secretaria da Justiça para a Secretaria da Cultura, seguindo o movimento já apontado neste trabalho de retomada da valorização do bairro da Luz e da região central por meio das políticas culturais. É também em 1998, por exemplo, que a própria sede da Secretaria de Estado da Cultura passa para o edifício da Estação Júlio Prestes, que no ano seguinte inaugura a Sala São Paulo no âmbito do Polo Cultural Luz. São feitas, então, diferentes propostas para o uso do edifício, dentre elas a instalação da sede da Academia Superior de Música, e do Memorial do Cárcere na área onde estavam as celas, e posteriormente do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro.

Em 1999, para comemorar os 20 anos da promulgação da Lei de Anistia de 1979, são realizadas uma exposição temporária (“Anistia 20 anos”) e uma peça de teatro (“Lembrar é resistir”, que ficou em cartaz por mais de um ano) no antigo espaço carcerário.

Concluídas as obras de restauração em 2002, o prédio passaria a ser ocupado pelo Museu do Imaginário do Povo Brasileiro (cuja implantação nunca chegou a se efetivar) e pelo Memorial da Liberdade (inicialmente concebido como Memorial do Cárcere), este sob gestão do Arquivo Público do Estado de São Paulo que naquele momento também fazia parte da Secretaria de Estado da Cultura.

O Memorial da Liberdade, instalado no espaço prisional do antigo DOPS (andar térreo) chegou a fazer algumas exposições, mas não possuía um projeto museológico e não aproveitava o potencial educativo do espaço.

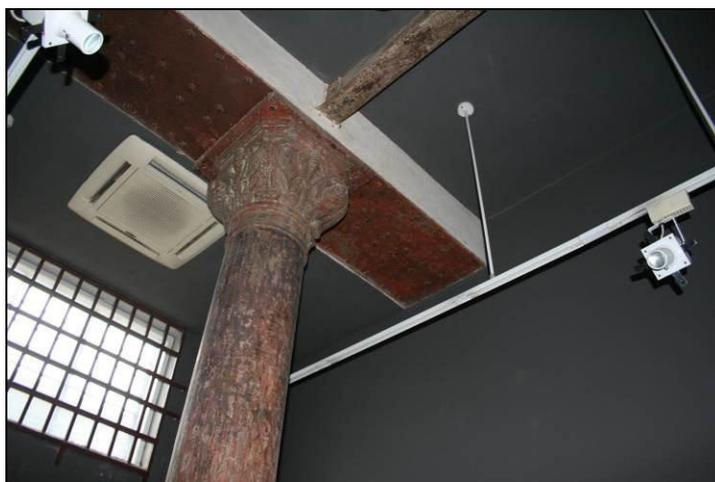
A Revista *Urbs*³¹, publicada pela AVC em junho/ julho de 1998, aponta que o espaço prisional estava em ótimo estado de conservação e que se manteria intacto nas obras de restauração devido ao seu valor histórico. Entretanto, as fortes mudanças percebidas no Memorial da Liberdade nos levam a considerar que no processo de restauração de 2002 foram apagadas muitas das características anteriores do espaço, inclusive as inscrições feitas pelos presos e que o artigo citado dizia estarem ainda presentes antes do restauro.

³¹ Em artigo anexado ao Processo de Tombamento nº 38 685/1999 do Condephaat.

A reforma que descaracterizou profundamente o lugar causou grande insatisfação por parte dos que lá haviam sido presos. Segundo Maurice Politi e Ivan Seixas, ex-presos políticos que participaram da concepção do Memorial da Resistência tal como se encontra atualmente e atuam permanentemente nesta instituição e em outros debates relativos ao tema,

A reforma promovida pelos governantes fez desaparecer as quatro celas solitárias, as duas celas coletivas e a carceragem do presídio do DEOPS/SP. Nas celas que sobreviveram a essa reforma desapareceram os diminutos banheiros e as inscrições feitas pelos presos nas paredes e portas, ao longo de toda a história do local. Esses documentos presenciais de personagens ativos da História foram raspados e repintados de modo a não permitir nenhum resquício de lembrança do período. (...) / A aparência que deram ao espaço e a ausência daquelas inscrições impediam a identificação do que havia sido aquele lugar e, sobretudo, de como era a rotina vivida ali por presos e seus repressores (2009, p. 200-201) (grifo nosso).

Como mostra esse relato e a foto a seguir reitera, tanto a descaracterização do lugar pelas reformas quanto o próprio nome “Memorial da Liberdade” se constituem enquanto formas de obscurecer as torturas, mortes e a ausência da liberdade (para problematizar o nome que havia sido posto ao Memorial) que marcam este departamento policial.



Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Figura 17: Detalhes do espaço carcerário após a reforma em 2002. Notem-se as paredes totalmente pintadas e o aparelho de ar condicionado no teto.

Diante disso, o Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo e outros militantes se engajaram na reivindicação pela transformação deste espaço em um lugar que possibilitasse efetivamente a reflexão sobre as violações que aconteceram neste edifício e neste período da história brasileira.

Neste momento, aconteceram mudanças também no âmbito administrativo. Em 2006, a gestão do memorial foi transferida para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que desde

2004 já era responsável pelos outros andares do edifício e havia instalado ali a Estação Pinacoteca, um museu de arte moderna.

A pedido da Pinacoteca do Estado, sob a direção de Marcelo Mattos Araújo, e em decorrência das reivindicações dos ex-presos políticos e familiares de mortos ou desaparecidos na Ditadura, foi apresentado em agosto de 2007 um novo projeto museológico para o memorial³² feito por Maria Cristina Oliveira Bruno (museóloga), Maria Luiza Tucci Carneiro (historiadora) e Gabriela Aidar (educadora). Neste projeto, reflete-se uma nova perspectiva museológica que procurava ampliar e problematizar a concepção de memória da resistência e da repressão, contrapondo-se aos processos de higienização da memória e buscando uma identidade política para este local que havia sido gravemente transfigurado.

No documento, as autoras criticam diferentes aspectos do Memorial da Liberdade tal como estava e propõem um projeto museológico concebido de maneira mais profunda e participativa. As autoras apontam para o fato de que o silenciamento ou a distorção dos fatos (referência ao Memorial da Liberdade tal como estava) pode ser intencional. É justamente por isso que os jovens devem receber subsídios para “perceber os silêncios e as deturpações da História Oficial” (BRUNO et al, 2009, p.41). É preciso entender o “não-dizer” não como “acidente de linguagem”, mas como intencionalidade, ideologia.

Por este motivo, o projeto de remodelação foi formulado para “investir contra a História Oficial” e para “romper contra os silêncios propositais da História” (BRUNO et al, 2009, p. 39). O apagamento do passado político do Brasil produzido pelos restauros arquitetônicos deveria ser superado através da explicitação das múltiplas funções que teve o prédio, desde armazém da E. F. Sorocabana até a instituição de controle político do cidadão no Estado Novo e na Ditadura Militar brasileira. Dessa maneira, se propõe uma mudança substancial da concepção museológica, que deixaria de ser tão restrita à função cultural e se ligaria mais à memória política. A meta é conscientizar o cidadão sobre seu passado.

O conceito gerador museológico, presente no projeto, é o princípio norteador do Memorial da Resistência, e baseia-se nas seguintes premissas:

- Evidenciar os vetores da memória, de uma instituição de controle do exercício da cidadania, a partir da musealização dos espaços da repressão e da resistência, como expressões do Estado Moderno;
- Difundir a importância da preservação dos vestígios da memória, a partir da pesquisa, salvaguarda e comunicação das fontes e indicadores desta herança

³² Ainda se chamava Memorial da Liberdade. A mudança para Memorial da Resistência só acontece em maio de 2008 e é avaliada pelo Fórum dos ex-Presos e Perseguidos como uma grande conquista, já que denominação passa a ser mais condizente com o sentido daquele local e marca justamente a mudança de norteamento do Memorial como um todo.

- patrimonial;
- Problematizar os distintos caminhos da memória da repressão e da resistência, enfatizando as estratégias de controle de um Estado Republicano e tendo como referência a ação do DEOPS no estado de São Paulo, a partir dos seguintes segmentos:
 - ❖ Memórias silenciadas/ apagadas/ destruídas/ exiladas
 - ❖ Pesquisas sobre a construção da memória
 - ❖ Memória e herança patrimonial
- Atualizar as questões relativas à repressão e resistência para os dias atuais. (ARAÚJO; BRUNO, 2009, p. 43).

3.4. O Memorial da Resistência de São Paulo

A implantação do “novo” Memorial tem como marco a mudança do nome de Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência no dia 1º de maio de 2008. Neste contexto, as diretrizes do projeto museológico apresentado em 2007 são implementadas por uma equipe multidisciplinar e multiprofissional por meio de um trabalho coletivo que contou também com a importante contribuição de ex-presos políticos através do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo. Esse processo participativo da implantação do memorial é ressaltado na exposição de longa duração como um elemento muito relevante para a elaboração do discurso expositivo e para a constituição do Memorial como um todo. Foi um processo de articulação e negociação de diferentes ideias, concepções e expectativas.

No caso da participação dos representantes do Fórum, se destacam os testemunhos, que serviram como base referencial para a montagem da exposição de longa duração, e sua intensa presença na decisão política de transformar as bases do memorial, mudando seu nome e sua concepção, atuando desde as etapas da configuração expográfica (Figuras 18 e 19) até as ações educativas e culturais que se realizam atualmente no Memorial.



Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Figuras 18 e 19: Reunião e inscrições para a reconstituição da cela 3, em janeiro de 2009.

Os ex-presos participam ativamente de diversos programas do Memorial, como a Roda de Conversa com Ex-Presos, atividade realizada com estudantes, que depois da visita educativa têm um momento de discussão com alguém que ficou preso no DOPS durante a Ditadura Militar (Figura 20); os Sábados Resistentes, em que são feitos debates, palestras, lançamentos de livros e filmes, etc., sobre questões relacionadas aos acontecimentos do passado e atuais; entre outras atividades. O próprio Núcleo de Preservação da Memória Política, que surgiu do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, é parceiro em muitas das atividades. Trata-se, portanto, de uma atuação fundamental nas distintas linhas de ação do Memorial cotidianamente e não apenas no seu processo inicial de constituição.



Foto: Anaclara V. Antonini (Outubro/2012).

Figura 20: Roda de conversa com ex-presos do dia 18.10.2012, com Alípio Freire.

A inauguração do novo projeto museológico ocorreu no dia 24 de janeiro de 2009 e suas linhas de atuação se mantêm ainda hoje. São elas:

- Coleta Regular de Testemunhos: ex-presos políticos, familiares e de mortos e desaparecidos. Esta coleta serviu de base para a estruturação inicial do Memorial, mas continua atualmente com outros objetivos.
- Centro de Referência: disponibilização de fontes documentais e bibliográficas.

- Lugares da Memória: inventário de espaços de memória no estado de São Paulo. O projeto está em andamento e atualmente faz parte do edital “Marcas da Memória” da Comissão de Anistia Política, do Ministério da Justiça.
- Ação Cultural: eventos, lançamentos de livros, debates, “Sábados Resistentes” e ciclos de filmes.
- Ação Educativa: além das visitas orientadas e dos materiais de apoio pedagógico, são ministrados cursos de formação de professores, como os "Encontros com Educadores” e os “Encontros de Aprofundamento Temático”.
- Exposições: exposições temporárias com duração usual de aproximadamente três meses e uma exposição de longa duração, que é o eixo gerador das outras ações e das exposições temporárias.

A exposição de longa duração é organizada em quatro módulos (Figura 21):

Módulo A: O edifício e suas memórias

- Cronologia da ocupação do edifício;
- História do DEOPS/SP.

Módulo B: Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória

- Linha do tempo;
- Maquete do espaço prisional do DEOPS/SP;
- Recurso multimídia: controle, repressão e resistência.

Módulo C: A construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP

(Conjunto prisional: quatro celas remanescentes, corredor principal e corredor para banho de sol)

- 1ª cela: processo de implantação do Memorial;
- 2ª cela: homenagem aos presos, desaparecidos e mortos em decorrência de ações do DEOPS/SP;
- 3ª cela: reconstituição da cela segundo os relatos dos ex-presos políticos;
- 4ª cela: áudio de ex-presos políticos sobre o cotidiano no DEOPS/SP.

Módulo D: Da Carceragem ao Centro de Referência

- espaço para consultas em bases de dados documentais e bibliográficos, aprofundamento temático.

(Fonte: ARAÚJO; BRUNO, 2009, p. 74-97).

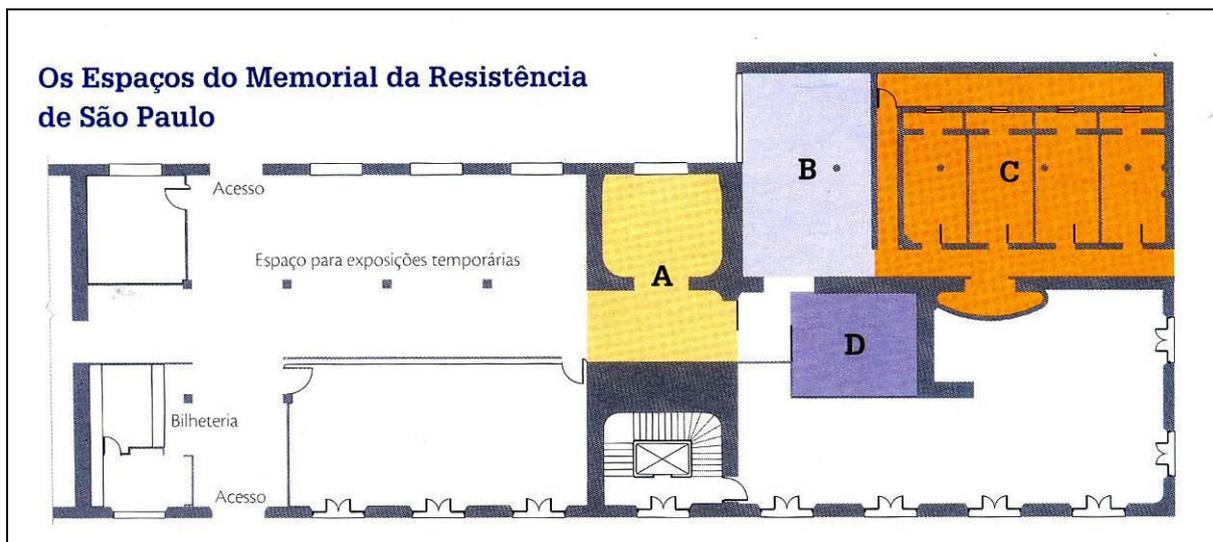


Figura 21: Croqui do espaço expositivo extraído do folder do Memorial.

A transformação do espaço e do conceito museológico, demonstradas também pela própria mudança do nome daquele “Memorial da Liberdade”, que havia sido configurado a fim de “não permitir nenhum resquício de lembrança do período” (POLITI; SEIXAS, 2009, p. 200), para o atual “Memorial da Resistência” são vistos por Maurice Politi³³ e por Kátia Felipini Neves³⁴ como importantes conquistas para uma abordagem mais profunda dos fatos ocorridos neste prédio e sobre o momento histórico do qual fazem parte, e para a atuação mais crítica da sociedade atual em relação ao seu presente e seu futuro.

Atividades como as ações educativas do Memorial, difundem a temática não apenas nas visitas educativas como também nos Encontros com Educadores, que fornecem materiais e subsídios aos professores e educadores que desejam trabalhar com o tema em sala de aula.

Outro ponto importante a ser destacado sobre a ação educativa é a sua abrangência em termos de público em idade escolar. A Tabela 1, a seguir, mostra que o número de visitantes do Memorial chega a ser maior que o da Estação Pinacoteca (sem considerar o primeiro semestre de 2010, que será discutido a seguir). Segundo Kátia Felipini Neves, coordenadora do Memorial, isso acontece porque eles recebem visitas de muitas escolas públicas e privadas de todo o estado de São Paulo, além de ter parcerias com ONGs e entidades relacionadas.

³³ Ex-preso político que participou como representante do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo no momento de implantação do Memorial e é o atual diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política, entrevistado para esta pesquisa em agosto de 2012.

³⁴ Coordenadora do Memorial da Resistência, atuante nesta instituição desde a implantação do referido projeto museológico, entrevistada para esta pesquisa em agosto e outubro de 2012.

	2010		2011		2012	
	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.
Estação Pinacoteca	85.864	20.751	16.396	19.856	23.622	-
Memorial da Resistência	62.264	24.626	27.993	32.898	31.725	-

Fonte: Relatórios de Atividades da Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), disponíveis em <<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca/default.aspx?mn=132&c=383&s=0>>. Acesso em: Out. 2012.

Tabela 1: Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência, número de visitantes por período.

Como já apresentado, o Memorial da Resistência concentra-se no espaço prisional do antigo edifício do DOPS/ SP e todo o resto do prédio é compartilhado com a Estação Pinacoteca, além dos espaços reservados especificamente às exposições da última. O Centro de Documentação e Memória, a Biblioteca Walter Wey e o Auditório no 5º andar são de uso comum entre essas duas instituições museológicas, gerenciadas pela Pinacoteca do Estado. Assim, é possível levantar ainda a hipótese de que as exposições da Estação Pinacoteca não necessariamente tiram visitantes do Memorial da Resistência, pelo contrário, agregam. Isso porque no primeiro semestre de 2010, quando a Estação Pinacoteca chegou a registrar 85.864 visitantes em virtude da badalada exposição do Andy Warhol, o Memorial da Resistência computou 62.264, um número muito alto em relação ao mesmo período nos anos seguintes.

Por sua vez, os Sábados Resistentes, que ali se desenvolvem com frequência, possuem um grande potencial no sentido de reunir pessoas interessadas em continuar o debate sobre as violações dos direitos humanos ocorridas nos períodos das ditaduras no Brasil e na América Latina e as violações que ainda ocorrem atualmente. Pessoas de todas as idades participam das discussões, que servem, por sua vez, como pontos de encontro, compartilhamento de experiências e articulação para a atuação política nos dias de hoje.

Foi inclusive em um destes encontros que pude conhecer a experiência da Argentina na preservação e gestão dos lugares de memória, o que contribuiu de maneira significativa para a busca de um intercâmbio acadêmico neste país. E que, por sua vez, influenciou muito nos rumos deste trabalho que se apresenta³⁵. Ou seja, as ações culturais promovidas pelo Memorial atuam como pontos de encontro, mas também de difusão de interesse e conhecimento.

³⁵ De agosto a dezembro de 2011 fiz um intercâmbio na Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, com auxílio do Programa Escala Estudantil da Asociación de Universidades Grupo Montevideo – AUGM. Neste país e especificamente nessa cidade, conheci práticas e políticas de memória da ditadura civil-militar que me despertaram para a necessidade de aprofundar o debate sobre esse tema aqui no Brasil, em especial no que toca os lugares de memória como é o caso do Memorial da Resistência.

Por outro lado, é preciso entender as conquistas e as limitações que se expressam no Memorial, sendo que uma não é menor que a outra. Tratam-se de conquistas sim, mas é necessário apontar também que ainda há “não-dizeres”.

Um fator importante é que pouco se fala das outras partes do edifício e suas funções naquele período. Mesmo que não sejam conhecidos muitos dados oficiais sobre o uso do restante do edifício quando este era ocupado pelo DOPS, e que os que lá foram presos tampouco possuam conhecimento de cada setor para além dos que tinham que circular, seria importante mencionar na exposição de longa duração que todo o prédio era usado pelo departamento policial e que cada andar tinha uma função, explicitando melhor tanto os mecanismos organizacionais e administrativos que fundamentavam sua atuação, como as práticas de constrangimentos e violações físicas e morais que ali eram realizadas. Com o uso do prédio pela Estação Pinacoteca atualmente, o enfoque se concentra apenas no espaço prisional, deixando de tocar na questão da organização do departamento, nos interrogatórios e torturas.

Caminhando pelo espaço das celas na exposição de longa duração, é possível pensar que as atrocidades cometidas durante esse período foram relativamente “leves” já que as celas estão limpas, bem pintadas e arejadas. As críticas dos visitantes, por sua vez, concentram-se no fato de o espaço que hoje abriga este memorial estar bem descaracterizado em relação ao seu período de atividade como aparato repressivo.

Na publicação feita pelo Memorial da Resistência no mesmo ano de sua inauguração, foi apresentada uma avaliação das exposições e atividades realizadas nos primeiros meses de funcionamento do mesmo. Os comentários no livro de visitas mostram diferentes expectativas com relação ao que se apresentaria naquele espaço. Em meio a observações que apontam a importância do resgate dessa memória, como uma pessoa que escreveu “Foi bom perder o medo de rever esta história e começar a entender a necessidade de não esquecê-la. Obrigada” (ARAÚJO; BRUNO, 2009, p. 169), também foram feitas críticas a respeito da sua descaracterização: “Gostei da iniciativa, mas penso que as celas e o espaço deveriam ter sido *preservados e não restaurados e ‘limpos’*. *Como ele está, para quem não conhece a história, dá-nos a impressão que a ditadura foi ‘branda’*” (ARAÚJO; BRUNO, 2009, p. 168).

Sensações como essas em relação ao Memorial não são excludentes. Elas revelam ao mesmo tempo a importância desta instituição e os seus limites. É possível apropriar-se desses comentários para elencar duas reflexões importantes sobre o Memorial. Por um lado, trata-se de um espaço de memória que possibilita um entendimento mais plural dos acontecimentos

violentos da Ditadura Militar brasileira e aponta inclusive para o seu valor na prevenção de práticas semelhantes no presente e no futuro. Por outro, o espaço expositivo deste memorial representa a violência do passado de maneira suavizada, em contradição aos testemunhos daqueles que passaram por ali.

No comentário que fala dos espaços restaurados, limpos e “suavizados”, é impossível não considerar que tais descrições são muito díspares dos depoimentos de quem realmente ficou preso neste prédio. As justificativas para isso foram as grandes alterações pelas quais havia passado o edifício e este espaço prisional antes da implantação do novo projeto museológico em decorrência da restauração feita em 2002, descrita anteriormente.

Tanto a reconstituição de uma das celas segundo os relatos dos ex-presos, à qual a crítica do visitante se refere, quanto a configuração das três celas restantes foram resultado de decisões realizadas para a montagem do discurso ideológico da exposição, de maneira participativa e ativa por parte de toda a equipe. Ou seja, o Memorial, tal como está, é fruto de escolhas e negociações políticas mais amplas que envolveram conquistas e também perdas.

Cada detalhe foi pensado e debatido na equipe de implantação³⁶. Como afirma Hugues de Varine-Bohan em sua avaliação do Memorial, isso significa que

Não é uma pessoa, por mais competente que seja, que orienta as escolhas ou mesmo as impõe, como aconteceria com o curador de uma exposição. Tais escolhas são fruto de um consenso. Nesse sentido, a participação é mais forte e decisiva, não se assume a uma simples consulta (2009, p. 215).

Porém, mesmo que represente a conquista de um espaço para montar as atividades e as exposições, a conquista de um projeto museológico que considerasse as demandas do Fórum e da sociedade que se manifestou, e a conquista da mudança do nome, o resultado envolve também uma série de derrotas e deveria estar em permanente reelaboração.

3.5. O Memorial da Resistência no contexto da justiça de transição no Brasil

Criada pela Lei federal nº 12.528³⁷ de 18 de novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade tomou posse no dia 16 de maio de 2012. O objetivo desta Comissão é apurar os abusos e violações dos direitos humanos ocorridos entre os anos de 1946 a 1988, apontando no seu artigo 3º que deverá investigar os casos de “torturas, mortes, desaparecimentos

³⁶ Equipe essa que, vale lembrar, se constituiu de diferentes profissionais em parceria com representantes de ex-presos e perseguidos políticos.

³⁷ O fato de a comissão ter sido criada por meio de uma lei e não de um decreto ressalta o seu caráter de política de Estado, que vai além de uma política de Governo.

forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior” e “identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos”. No discurso da cerimônia de instalação da comissão, a presidenta Dilma Rousseff afirmou a necessidade de se conhecer a história brasileira “em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições”.

A criação desta comissão não foi um ato isolado. Ela envolveu a publicização no mesmo dia da instalação da Lei de Acesso à Informação, que se coloca também como importante apoio às atividades da comissão nacional, comissões regionais e entidades da sociedade civil comprometidas com a investigação dos crimes realizados neste período, além de inúmeras outras finalidades.

Essas duas leis fazem parte de um processo que já vem acontecendo através de políticas de reparação (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos³⁸ em 1995 e Comissão de Anistia³⁹ em 2002), que fazem parte do período chamado “justiça de transição”, relativo ao processo político de passagem do regime autoritário à democracia, em andamento e aprofundamento recente no Brasil.

Nos dias 14, 15 e 16 de junho de 2012, aconteceu o Seminário “O direito à verdade: informação, memória e cidadania” promovido pelo Instituto Legislativo Paulista, contando com a participação de membros de diversas organizações de direitos humanos, memória política e arquivos públicos ou acervos que acolhem documentos referentes à Ditadura Militar que aconteceu de 1964 a 1985 neste país.

O Seminário abordou diversos temas relacionados à memória política no Brasil e os desafios e possibilidades que a criação da Comissão Nacional da Verdade trás para o reconhecimento de outras versões, ocultadas, da história brasileira referente ao período da Ditadura Militar. Discutiu-se também a necessidade de ampliação e disponibilização pública de acervos documentais para a investigação por parte de qualquer interessado e também para auxiliar a Comissão da Verdade, além da apresentação de diversos projetos de difusão destes materiais. A todo o momento era ressaltada a importância de trazer à tona a verdade e as vozes caladas, de conhecer outros testemunhos do passado para além dos documentos falsos e de acesso restrito da História Oficial.

Uma parte do evento se realizou justamente no Memorial da Resistência em São Paulo e teve a participação da sua coordenadora, Kátia Felipini Neves. Por todas as falas que

³⁸ Lei federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995.

³⁹ Lei federal nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

aconteceram e pela própria apresentação de Kátia, percebe-se o papel importante de mobilização que o Memorial tem, com a realização de eventos e atividades que reúnem e possibilitam a organização das entidades comprometidas com o tema maior da memória política.

No contexto de justiça de transição no Brasil, os lugares de memória e memoriais têm um enorme potencial já que podem disponibilizar e aproveitar materiais como os dos arquivos para exposição a outros públicos e nichos, expandindo sua divulgação para o conhecimento e apropriação da população em geral, como já é realizado em outros países da América Latina.

O Memorial da Resistência se destaca também no campo das políticas e ações de reparação. Tais políticas, no tocante às mortes, desaparecimentos e torturas verificados durante o regime militar brasileiro, se dedicam a reconhecer como mortos os que desapareceram neste período e indenizar suas famílias ou reconhecer como anistiados os que foram perseguidos indenizando-os individualmente. No âmbito federal, elas começaram em 1995 na gestão de Fernando Henrique Cardoso⁴⁰, no entanto, têm até hoje caráter predominantemente econômico e individual, para além da reparação simbólica ligada ao reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pela perseguição ou morte de dissidentes políticos. Já o Memorial, como lugar de memória, superaria o caráter econômico da reparação e se colocaria como “uma forma de reparação coletiva à sociedade”, na visão de Maurice Politi⁴¹, ou seja, seria direcionada a toda a sociedade e não apenas individual.

Inês Soares e Renan Quinalha, ambos do IDEJUST (Grupo de estudos sobre internacionalização do Direito e Justiça de Transição), afirmam que os atos de memorialização, como a construção de memoriais, o estabelecimento de datas comemorativas, a formação de museus e a proteção de um espaço como lugar de memória, entre outros, são “relevantes não somente para as vítimas diretamente atingidas como também para toda a sociedade (...) por representarem o reconhecimento público do legado de violência (ou do passado violento)” (SOARES; QUINALHA, 2011, p. 80).

Mesmo que não seja esse o mote de seu tombamento, a importância da preservação do edifício, enquanto ex-DOPS, se deve ao seu caráter de vestígio da memória da repressão e da resistência enquanto marca do passado, como afirmam Politi e Seixas (2009), mas também à sua constituição como lugar de memória, para o presente e para o futuro, para o conhecimento e difusão dos acontecimentos para que não se repitam. O prédio, como documento histórico

⁴⁰ Lei federal nº 9.140/95.

⁴¹ Ex-preso político que participou como representante do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo no momento de implantação do Memorial e é o atual diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política, entrevistado para esta pesquisa em agosto de 2012.

de “fatos que se inscreveram no processo político da História do país de forma definitiva” (POLITI; SEIXAS, 2009, p. 203), deve ter seu enfoque museológico centrado na difusão de outra versão dos acontecimentos considerando que “muito mais do que impedir o acesso à informação, a censura tirou das pessoas a capacidade de perceber a dimensão do trauma causado na sociedade como um todo” (POLITI; SEIXAS, 2009, p. 203).

Segundo Soares e Quinalha, o modelo de justiça de transição no Brasil se “afasta do processo penal e do enfoque punitivo dos autores das atrocidades” (2011, p. 76). Depois da publicação do texto citado, estão sendo obtidas conquistas nesse sentido, como a mudança de alguns atestados de óbito reconhecendo a morte por tortura. Com um laudo falso de que o jornalista Vladimir Herzog teria morrido por asfixia mecânica decorrente de suicídio, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou no dia 24 de setembro de 2012 a retificação do seu atestado de óbito para constar no documento que a morte dele “decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (DOI-Codi)”⁴². Houve também a condenação do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que chefiou o DOI-Codi, que o obrigou a indenizar em R\$ 100.000,00 a família do torturado Luís Eduardo da Rocha Merlino, além de sua declaração judicial como torturador em agosto de 2012. Esses dois exemplos mostram o reconhecimento judicial de algumas das violações dos direitos humanos ocorridas no período militar, mas é importante ressaltar que ainda não se vislumbra um processo de julgamento e responsabilização dos agressores, como afirmado anteriormente.

A justiça de transição no Brasil está sendo articulada ainda por meio de estratégias para além dos mecanismos judiciais da reparação financeira e simbólica, como a desapropriação e o tombamento. Contudo, o Memorial da Resistência de São Paulo ainda é o único ex-centro repressivo que abriga um lugar de memória.

Mesmo que não possamos saber os efeitos e não seja o objetivo do trabalho aprofundar estas discussões específicas, é possível citar pelo menos duas ações em andamento neste ano de 2012: a abertura do processo de tombamento no Condephaat do prédio que abrigou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi), um dos mais temidos centros de repressão da Ditadura Militar, também situado na cidade em São Paulo; e o início da desapropriação da chamada Casa da Morte, que foi um aparato clandestino mantido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis, no

⁴² Ver artigos a respeito na imprensa: “Justiça determina retificação do atestado de óbito de Vladimir Herzog”, G1 SP, 24 de setembro de 2012, disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/09/justica-determina-retificacao-do-atestado-de-obito-de-vladimir-herzog.html>>; e outros.

estado do Rio de Janeiro, onde foram torturados e assassinados cerca de 100 presos políticos⁴³.

Os processos de memorialização, além disso, não se concentram apenas em monumentos. Soares e Quinalha (2011) apontam ainda a importância dos livros, escritos, pinturas, esculturas, placas com nomes de vítimas, intervenções políticas, marchas, pesquisas acadêmicas, nomeações de logradouros públicos, entre outros. Como já foi indicado no início deste capítulo, a memória é um campo vivo de disputas no nível do cotidiano, notando-se também outras marcas no espaço urbano.

Na Alameda Casa Branca em São Paulo, o lugar onde foi morto o membro da ALN (Aliança Libertadora Nacional) e notável militante Carlos Marighella foi marcado com uma pedra e uma placa dizendo que naquele lugar ele havia sido assassinado pela Ditadura Militar (Figuras 22 e 23).



Fotos: Anaclara V. Antonini (Junho/2012).

Figuras 22 e 23: Placa em homenagem a Carlos Marighella na Alameda Casa Branca, altura do número 800, São Paulo.

A placa foi tirada dali, mas a pedra permaneceu, mostrando que a memória faz parte de um processo de disputa permanente. Também as placas da rua foram “renomeadas” como Carlos Marighella, e posteriormente tiveram tais adesivos removidos.

⁴³ A informação foi conseguida com o depoimento do sargento reformado Marival Dias Chaves do Canto à Comissão Nacional da Verdade no dia 30.10.2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tj/serra-lagos-norte/noticia/2012/11/casa-da-morte-em-petropolis-rj-teria-recebido-mais-de-100-pessoas.html>>. Acesso em: Nov. 2012.



Foto: Anaclara V. Antonini (Junho/2012).

Figura 24: Intervenção na placa da Alameda Casa Branca.

Retomando a discussão levantada no início do capítulo a respeito da seletividade da memória e de sua inserção intrínseca a processos de disputa política, social e econômica, é importante ressaltar que também a memória política e a da resistência fazem parte de processos de luta e negociações.

“La memoria es lucha” [A memória é luta] está escrito em uma das placas na entrada do ex-Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio “La Perla”, situado a 12 km da cidade de Córdoba, Argentina. O Espaço para a Memória e Promoção de Direitos Humanos “La Perla” é hoje um importante lugar de memória, entre outros que existem neste país. Essa placa representa justamente o campo de disputas que é a memória e o patrimônio cultural.



Foto: Anaclara V. Antonini (Abril/2012).

Figura 25: Placa na entrada do ex-Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio “La Perla”, em Córdoba, Argentina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - ENTRE GRITOS E SUSSURROS

Outro visitante registrou no livro de visitas: “O Memorial é um sussurro... Deveria ser um GRITO!!! Tortura nunca mais!!!” (ARAÚJO; BRUNO, 2009, p. 168).

Como se verificou nas atividades desenvolvidas no Memorial e nos efeitos multiplicadores que elas podem impulsionar, a afirmação de que o Memorial seja um “sussurro” talvez seja demasiado cruel, apesar de ser verdadeira em alguns sentidos. Mas sua importância está no fato de ter registrado que o Memorial não atingiu sua potência máxima, ou seja, não chega a ser um “grito”.

Cabe, então, uma consideração primordial: o Memorial da Resistência, como parte do movimento de revalorização da área central de São Paulo, não conseguiria ser uma ruptura completa.

Como foi apontado no início deste trabalho, o Memorial da Resistência deve ser visto como parte do contexto monumental da região da Luz. A própria arquitetura grandiosa do prédio pouco propicia a identificação dele com um ex-centro de repressão, como mostra o trecho a seguir do Projeto Museológico de Ocupação:

“Ao ingressar no prédio da Estação Pinacoteca, raros são os visitantes que têm consciência do real significado daquele lugar. Imponente e majestosa, a arquitetura compõe com o conjunto histórico da Luz recentemente revitalizado. Entre a Sala São Paulo, o Museu da Língua Portuguesa e a Pinacoteca do Estado, a construção se apresenta muito mais como um signo de riqueza e poder econômico do que como espaço símbolo da repressão” (BRUNO et al, 2009, p. 41).

O atual “uso cultural” do Memorial também demarca importantes limitações. Mesmo que seja fruto de um projeto museológico e de uma atuação política significativa como o é, seu uso cultural e sua inserção num contexto de espetacularização da cultura produzem também suas limitações no âmbito político e social.

O Memorial da Resistência está invariavelmente ligado à lógica que rege o processo de revalorização do centro de São Paulo e de sua afirmação enquanto metrópole proeminente na rede mundial de cidades. O que lhe resta é um espaço restrito dentro de um universo hegemônico de espetacularização da cultura. Ele deve ceder espaço à arte moderna. Ele deve estar escondido. Ele deve ser suave. Não pode, neste contexto, ser uma ruptura radical.

Há o que deve ser lembrado e o que não deve. O patrimônio cultural, a cultura e a memória são campos de luta e de resistência. É um misto de conquistas e derrotas porque é

fruto de luta e embate político. José de Souza Martins, na sua apresentação na Semana de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de São Paulo⁴⁴, falou da prevalência da memória da ordem e do que é aceito, apontando para a importância da criação de outros marcos de memória. Para ele, o direito à memória e ao passado é também o “direito ao futuro”.

Retomando a discussão levantada no início do Capítulo 3, o DOPS transformado em Memorial da Resistência e Estação Pinacoteca é um obstáculo incorporado ao processo de revalorização no nível do espetáculo. A resistência, a partir do momento que é entendida como algo a ser preservado e é incorporada como mais um monumento, se tornaria parte da ordem vigente? Por outro lado, não é fundamental dar a esse tipo de memória o direito ao futuro?

Independente de sua localização, sua arquitetura monumental e as transformações físicas que sofreu, o prédio do Largo General Osório é um suporte de memória extremamente importante. É, pelo arripio que se sentia e se sente ao escutar essa palavra “DOPS”. É, pelos relatos do que aconteceu lá. É, pela centralidade que tinha no período militar. Pela história e pelas memórias que ele suporta para além de ter sido a segunda estação, armazém e escritórios da E. F. Sorocabana, ele é negação e ruptura. É uma “marca da memória” cravada no espaço urbano.

Os lugares de memória ou marcas da memória, pensados como registros históricos de barbárie, devem ser mantidos e conhecidos pela população para que esta parte da história, nada gloriosa, seja conhecida e não se repita.

Algumas das questões que surgem ao refletir sobre a preservação de bens culturais giram em torno da particularidade que teria a memória “difícil”. Talvez fosse mais palatável fazer um museu de arte e esconder a história do edifício, como efetivamente se tentou realizar. O que significa, então, preservar o “traumático”? O que teria de particular a preservação dos antigos sítios de repressão?

O DOPS é a negação de uma identidade nacional positiva. Se ele fosse mostrado como ruptura, seria a efetividade e reconhecimento desta negação. Ao mesmo tempo, ele foi justamente um órgão fundamental para a construção desta mesma identidade, identidade inclusive no sentido de positivação e negação do “outro” e do conflito a partir do olhar autoritário da Ditadura.

⁴⁴ Promovida pelo Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (Secretaria Municipal de Cultura/PMSP) no dia 1º de novembro de 2012.

Enquanto lugar de memória, ele tem a potência de mostrar conquistas importantes da sociedade civil na resistência e na publicização dos crimes de Estado que foram obscurecidos por muitos anos e ainda estão em processo (difícil e árduo) de abertura.

Uma reflexão ainda mais profunda sobre o nome dado ao Memorial possibilita significativas observações a respeito do termo “resistência”.

Este lugar representa a resistência ao autoritarismo do Estado Novo e da Ditadura Militar e a resistência à dor das torturas, do ponto de vista dos cidadãos que passaram por lá na condição de “subversivos” por ameaçar a ordem que se visava estabelecer. Representa ainda a resistência dos ex-presos e perseguidos políticos que conquistaram recentemente não só a mudança do nome como também de sua concepção enquanto um memorial, e continuam fazendo parte de sua dinâmica atual. É resistência como sustentáculo de uma memória de ruptura, uma memória que nega a afirmação positivada de uma identidade paulistana ou brasileira. E é também a permanência espetacularização da resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. A. São Paulo: uma cidade global. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 137 – 149.

ALVES, G. A. O papel do patrimônio nas políticas de revalorização do espaço urbano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/226.htm>>. Acesso em: Fev. 2011.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-74.

ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coord.). Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

BRUNO, E. S. História e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984, v. III.

BRUNO, M. C. O.; CARNEIRO, M. L. T.; AIDAR, G. Projeto Museológico de Ocupação. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coord.). Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

CARLOS, A. F. A. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-37.

CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CORDEIRO, H. K. Centro da metrópole paulistana: expansão recente. Instituto de Geografia/USP, São Paulo, 1980.

DAMIANI, A. L. A Geografia e a produção do espaço na metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Orgs.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005, p. 38-50.

DIAS, Carlos; OHTAKE, Ruy. Jardim da Luz – Um museu a céu aberto. São Paulo: Senac, SESCSP, 2010.

ENGELS, F. A Questão da Habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

FRÚGOLI JR, H. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

KARA-JOSÉ, B. Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MEYER, R.; IZZO JR, A. Pólo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo. São Paulo: Associação Viva o Centro / BankBoston, 2000.

NEVES, D. R. L. O desafio da preservação da memória da ditadura: o patrimônio histórico em questão. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307391459_ARQUIVO_Odesafiodapreservacaodamemoriadaditadura_DeborahNeves.pdf>. Acesso em: Ago. 2012.

OLIVEIRA, C. F. Do tombamento às reabilitações urbanas. 2009. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEIXAS, I.; POLITI, M. Os elos que vinculam as vivências encarceradas com as perspectivas de comunicação museológica: o olhar dos ex-presos políticos. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coord.). Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

SANTOS, C. R. S. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. In: Revista CIDADES, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 101-122, 2006.

SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

SMITH, N. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: GEOUSP, Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, p. 15 – 37, 2007.

TOLEDO, B. L. de. São Paulo: três cidades em um século. São Paulo: Duas cidades, 1983.

TOZI, D. R. Primavera de Estações – O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural na região do bairro da Luz / São Paulo. Dissertação de Mestrado em História Social – FFLCH USP, 2007.

VARINE-BOHAN, H. Os princípios da Sociomuseologia a serviço da preservação da memória da resistência política: uma reflexão sobre as metodologias aplicadas ao projeto. In: ARAÚJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (Coord.). Memorial da Resistência de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

Documentos oficiais

BRASIL. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

BRASIL. Palácio do Planalto. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade, 16 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso em: Jun. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT. Processo de tombamento nº 20 159/1976.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT. Processo de tombamento nº 24 506/1986.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT. Processo de tombamento nº 38 685/1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – SEMPLA. ZONEAMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.prodam.sp.gov.br/sempla/zone.htm>>. Acesso em: Jun. 2012.

SÃO PAULO (Município). Lei 9.725, de 02 de julho de 1984. Dispõe sobre a transferência de potencial construtivo de imóveis preservados; estabelece incentivos, obrigações e sanções relativas à preservação de imóveis, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Lei 10.598, de 19 de agosto de 1988. Concede desconto no Imposto Predial relativo a imóveis que forem restaurados, e dá outras providências.

SÃO PAULO (Município). Lei 11.090, de 16 de setembro de 1991. Operação Urbana do Anhangabaú.

SÃO PAULO (Município). Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico (PDE).

SÃO PAULO (Município). Lei 14.917 de 07 de maio de 2009. Concessão urbanística no município de São Paulo.

SÃO PAULO (Município). Lei 14.918 de 07 de maio de 2009. Concessão urbanística na área da Nova Luz.